



Governo do Distrito Federal  
Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal  
Diretoria de Aquisições  
Central de Compras

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 274/2023**

**UASG 926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de seguro para 26 (vinte e seis) veículos automotores do SAMU 192 DF, com indenização 100% (cem por cento) da tabela FIPE para o veículo segurado, franquias normal e com as seguintes coberturas: colisão, roubo, furto, incêndio, vidros, retrovisores, assistência 24h (vinte e quatro horas) com reboque limitado a no mínimo 200 km, danos materiais e corporais a terceiros, indenização pessoal a ocupantes do veículo e indenização por morte acidental e invalidez permanente, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital.

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** Dia 06/10/2023 às 9 horas

**Critério de Julgamento:** MENOR PREÇO TOTAL (26 PRÊMIOS)

**Modo de disputa:** ABERTO FECHADO

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** NÃO

**ESTIMATIVA GERAL:** PÚBLICO

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 30.295,20 (trinta mil, duzentos e noventa e cinco reais e vinte centavos).

### **EDITAL DE LICITAÇÃO**

**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - SES/DF**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 274/2023**

(Processo Administrativo nº00060-00215539/2023-42)

Torna-se público que a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF, por meio do(a) Central de Compras - CCOMP/DAQ/SUAG/SES-DF, sediada no SRTVN 701, Conjunto C, Edifício PO 700, 2º Andar, Sala Central de Compras, Brasília/DF; CEP 70.723-040, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

#### **1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de seguro para 26 (vinte e seis) veículos automotores do SAMU 192 DF, com indenização 100% (cem por cento) da tabela FIPE para o veículo segurado, franquias normal e com as seguintes coberturas: colisão, roubo, furto, incêndio, vidros, retrovisores, assistência 24h (vinte e quatro horas) com reboque limitado a no mínimo 200 km, danos materiais e corporais a terceiros, indenização pessoal a ocupantes do veículo e indenização por morte acidental e invalidez permanente, conforme condições e especificações deste instrumento, para atender às necessidades da Secretaria de Saúde - DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos (**PRÊMIO**).

#### **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe dentro do prazo previsto no edital para apresentação de propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

2.3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo para isso fazer o seu devido enquadramento como ME ou EPP em campo próprio no sistema, QUANDO DO CADASTRO DE SUA PROPOSTA, DECLARANDO assim, para fins legais, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, pela Lei Distrital nº 4.611 de 2011, e pelo Decreto Distrital nº 35.592 de

2014, que estão aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos seus artigos 42 a 49 e que não se enquadram nas situações relacionadas no art. 3º da citada Lei Complementar.

2.6. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação desta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

2.6.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (art. 22, § 1º da Lei Distrital nº 4.611 de 2011).

2.6.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 2.6.1., implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133 de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

2.7. Nas licitações de ampla concorrência será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

2.7.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam de até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada.

2.8. Para efeito do disposto no 2.7, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

2.8.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame;

2.8.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificadas, serão convocadas as próximas colocadas que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 2.7.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

2.8.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos 2.8.1 e 2.8.2, será realizado sorteio, aleatório e automático pelo sistema, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

2.9. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos 2.8, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

2.9.1. O disposto no 2.8 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

2.9.2. No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

2.10. Não poderão disputar esta licitação:

2.10.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.10.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.10.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.10.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de licitar e contratar com o Distrito Federal, em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.10.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.10.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.10.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.10.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.10.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.10.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.10.11. Proprietário, Controlador, Administrador, Gerente ou Diretor de Pessoa Jurídica, independente das denominações adotadas e do nível quantitativo ou qualitativo de participação do capital ou patrimônio (Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019);

2.10.12. Executores de contratos que trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos cinco anos como sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas (Decreto nº 39.860/2019);

2.10.13. Agente Público licenciado ou afastado por qualquer motivo e a qualquer título (Decreto nº 39.860/2019);

2.10.14. Empresas que se encontrem sob falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, estrangeiras que não funcionem no país;

2.10.14.1. Empresas em recuperação judicial ou extrajudicial poderão participar de licitações públicas, desde que com plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente e que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica.

2.10.15. Empresas ou empresários que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital;

2.10.16. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum (Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF);

2.10.17. Pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de (alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016);

2.10.17.1. agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016);

2.10.17.2. agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016).

2.10.18. A vedação de que trata o item 2.5.17. aplica-se aos contratos pertinentes a obras, serviços e aquisição de bens, inclusive de serviços terceirizados, às parcerias com organizações da sociedade civil e à celebração de instrumentos de ajuste congêneres.

2.10.19. A vedação estende-se às uniões homoafetivas (art. 3º, § 3º do Decreto nº 32.751/2011).

2.10.20. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, ou do projeto básico ou executivo, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

2.10.21. Considera-se participação indireta, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários. O disposto aplica-se aos membros da comissão de licitação. (Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF).

2.10.22. Não poderão participar para os mesmo(s) item(ns) do certame, pessoas jurídicas que tenham sócios em comum ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias umas das outras.

2.11. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.14. O disposto nos itens 2.10.2 e 2.10.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.16. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### 3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 a 7.1.4 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

ITEM	CÓDIGO SES	CÓDIGO BR	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	Valor unitário (PRÊMIO)	Valor total (PRÊMIO)
1	22764	13943	Contratação de empresa especializada na prestação de seguro para veículos automotores do SAMU 192 DF, com indenização 100% (cem por cento) da tabela FIPE para o veículo segurado, franquia normal e com as seguintes coberturas: colisão, roubo, furto, incêndio, vidros, retrovisores, assistência 24h (vinte e quatro horas) com reboque limitado a no mínimo 200 km, danos materiais e corporais a terceiros, indenização pessoal a ocupantes do veículo e indenização por morte acidental e invalidez permanente (PRÊMIO)	26	R\$	R\$

DETALHAMENTO COBERTURAS OBRIGATORIAS PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA		
ITEM	DESCRIÇÃO DA COBERTURA	LIMITE MÍNIMOS IDENIZAÇÕES R\$
1	CASCO (COLISÃO, INCÊNDIO, ROUBO, FURTO, FENÔMENOS DA NATUREZA)	100% DA TABELA FIPE
2	RCF - DANOS MATERIAIS	
3	RCF - DANOS CORPORAIS	
4	RCF - DANOS MORAIS	
5	APO - INVALIDEZ POR OCUPANTE (TOTAL OU PARCIAL)	
6	APO - MORTE POR OCUPANTE	

\* Os demais itens não contemplados nesta tabela ficarão à cargo da prestadora dos serviços sem qualquer ônus para o contratante.

VALOR DA FRANQUIA A SER CONTRATADA				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	FRANQUIA da modalidade obrigatória - o padrão informado pela Seguradora como participação obrigatória do Segurado	26		

4.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.8.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.10. O julgamento da proposta será consoante aos critérios de aceitação estabelecidos no Termo de Referência.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES



- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.
- 5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de 1% (um por cento)**.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 5.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 5.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 5.18.2.2. empresas brasileiras;
- 5.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 5.18.3. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.18.4. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.18.5. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.18.6. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório
- 5.18.7. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.18.8. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.19. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.12 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>). [A20]

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 3.6 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos;

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. contiver vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

## 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.1.2. A licitante cuja habilitação parcial no Sicaf acusar, no demonstrativo "Consulta Situação do Fornecedor", algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.

7.1.3. Para fins de habilitação, não serão aceitos protocolos, tampouco documentos com prazo de validade vencida.

7.1.4. Considerando o art. 156, III, da Lei nº 14.133 de 2021, será realizada prévia pesquisa junto ao Portal Oficial do Tribunal de Contas da União (consulta consolidada de Pessoa Jurídica) para aferir se existe algum registro impeditivo ao direito de participar de licitações ou celebrar contratos com o Ente sancionador (Parecer nº 087/2020 PRCON/PGDF).

7.2. Para habilitação dos licitantes, será exigida, a seguinte documentação:

### 7.2.1. Qualificação técnica

I - Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme modelo constante no APÊNDICE II do Termo de Referência.

a) A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo constante no APÊNDICE III do Termo de Referência.

II - Certidão de Administradores informando quais os diretores homologados pela SUSEP e Certidão de Regularidade demonstrando a regularidade da empresa perante a SUSEP, em plena validade;

- a) Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

III - Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

- a) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- b) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- c) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

#### 7.2.2. Regularidade fiscal e trabalhista

I - Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do sítio eletrônico da Secretaria de Economia do Distrito Federal - <https://www1.receita.fazenda.df.gov.br/cidadao/certidoes/Certidao>;

II - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei n.º 12.440 de 2011.

#### 7.2.3. Qualificação econômico-financeira

I - Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, **datada dos últimos 90 (noventa) dias**, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores (**Nota Jurídica nº 09/2023 - PGCONS/PGDF (112651337) - 00060-00362229/2020-73 (112861425)**);

II - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, devidamente registrados, que comprovem a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

- a) As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;
- b) Os documentos referidos no inciso II limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- c) A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

- d) As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) sobre o montante do(s) item(ns) que a licitante pretende concorrer.

#### 7.2.4. Habilitação jurídica:

I - A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

- a) Cédula de identidade;
- b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- c) Procuração dos responsáveis por assinar a proposta ou, na falta desta, o contrato social da empresa;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- f) Prova de inscrição Estadual, Municipal ou do Distrito Federal; e
- g) Reprodução autenticada do Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial e acompanhados do ato de Eleição dos Administradores, ato de eleição da diretoria em exercício e composição societária da empresa, conforme a natureza da atividade da licitante, visando comprovar a adequação da finalidade da licitante com o objeto da licitação, bem como o cumprimento do art. 14 e §§ da Lei n.º 14.133 de 2021, inclusive para aferição de cumprimento da vedação de nepotismo, quando for o caso.

#### 7.2.5. Declarações enviadas por meio do sistema Compras governamentais:

I - Declaração, sob as penas da lei, afirmando a inexistência de fato impeditivo da habilitação, contendo o compromisso de comunicar eventual superveniência de fato dessa natureza.

II - Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

III - Declaração de que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar, se for o caso.

IV - Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

V - Declaração de acessibilidade conforme disposto no art. 93 da Lei n.º 8.213 de 1991.

VI - Declaração de que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

**7.2.6. Declarações enviadas juntamente com as documentações de habilitação:**

I - A empresa participante deverá apresentar, na etapa de habilitação e no ato da assinatura do Contrato, a Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade, constante no Anexo III do Edital.

II - A empresa participante deverá apresentar, na etapa de habilitação e no ato da assinatura do Contrato, a Declaração para fins do Decreto nº 39.860 de 2019, constante no Anexo IV do Edital (Portaria CGDF nº 356/2019).

7.3. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

7.3.1. Para os efeitos desta licitação, considera-se sede a matriz ou o único estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços da empresa (mesmo CNPJ).

7.4. Os órgãos e as entidades da administração direta, autarquia e fundacional do Distrito Federal devem adotar, nas licitações ou nas contratações diretas, critérios de sustentabilidade ambiental, como prevê a Lei Distrital nº 4.770 de 2012.

7.5. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.

7.6. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

7.7. O pregoeiro poderá solicitar o envio de documentos originais ou autenticados, que deverão ser encaminhados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis para o endereço: SRTVN 701, Conjunto C, Edifício PO 700, 2º Andar, Sala Central de Compras, Brasília/DF; CEP 70.723-040 – CENTRAL DE COMPRAS (CCOMP).

7.8. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.8.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.9.1. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos, excepcionalizada a alínea "c" do subitem 7.2.4 do Edital.

7.9.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico no endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

7.11. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.12. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.13. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.14. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.14.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.15. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.15.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.15.2. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.15.3. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.15.4. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.16. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência:

7.16.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.16.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.22.1.

7.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 8. DOS RECURSOS

- 8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
  - 8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
  - 8.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. O processo permanecerá disponível para vistas aos interessados, mediante cadastro no SEI-DF e solicitação encaminhada ao endereço eletrônico: [ccomp.daq@saude.df.gov.br](mailto:ccomp.daq@saude.df.gov.br).

## 9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
  - 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
    - 9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
    - 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
    - 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
    - 9.1.2.4. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;
  - 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
    - 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
  - 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
  - 9.1.5. fraudar a licitação
  - 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
    - 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
    - 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
    - 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
  - 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
  - 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).
- 9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1. advertência;
  - 9.2.2. multa;
  - 9.2.3. impedimento de licitar e contratar e
  - 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto
  - 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da comunicação oficial.
- 9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
  - 9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021](#).
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## 10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica: [ccomp.daq@saude.df.gov.br](mailto:ccomp.daq@saude.df.gov.br).
- 10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 11.9. A Secretaria de Estado de Saúde do Distrito federal poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 11.10. A anulação do pregão induz à do contrato.
- 11.11. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 11.12. É terminantemente proibida a utilização de mão-de-obra infantil na execução dos serviços, sendo que o descumprimento deste dispositivo implicará na rescisão imediata do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme estabelecido na Lei Distrital n.º 5.061 de 2013.
- 11.13. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365 de 2017, que regulamenta a Lei nº 5.448 de 2015, o qual proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.
- 11.14. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados na Lei Distrital 5.757/2016, que criou o Programa de Estratégias para inserção de dependentes químicos no mercado de trabalho.
- 11.15. Deverão ser observadas as práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual, nos termos estipulados no Decreto nº 44.701, de 05 de julho de 2023.
- 11.16. A contratada deverá observar a disposição da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do contrato.
- 11.16.1. A contratada deverá ter ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados.



- 11.17. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.
- 11.18. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 11.19. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [ENDEREÇO ELETRÔNICO].
- 11.20. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

ANEXO III – Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade

ANEXO IV - Declaração para os fins do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETÁRIA DE ESTADO DA SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

(Processo Administrativo nº 00060-00215539/2023-42)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de seguro para 26 (vinte e seis) veículos automotores do SAMU 192 DF, com indenização 100% (cem por cento) da tabela FIPE para o veículo segurado, franquia normal e com as seguintes coberturas: colisão, roubo, furto, incêndio, vidros, retrovisores, assistência 24h (vinte e quatro horas) com reboque limitado a no mínimo 200 km, danos materiais e corporais a terceiros, indenização pessoal a ocupantes do veículo e indenização por morte acidental e invalidez permanente, conforme condições e especificações deste instrumento.

ITEM	CÓDIGO SES	CÓDIGO BR	DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE
1	22764	13943	Contratação de empresa especializada na prestação de seguro para veículos automotores do SAMU 192 DF, com indenização 100% (cem por cento) da tabela FIPE para o veículo segurado, franquia normal e com as seguintes coberturas: colisão, roubo, furto, incêndio, vidros, retrovisores, assistência 24h (vinte e quatro horas) com reboque limitado a no mínimo 200 km, danos materiais e corporais a terceiros, indenização pessoal a ocupantes do veículo e indenização por morte acidental e invalidez permanente. <b>(PRÊMIO)</b>	Unidade	26 (PRÊMIOS)

Havendo divergência entre a especificação constante no Termo de Referência e a especificação contida no Sistema Comprasnet (código BR), prevalecerá a especificação do Termo de Referência. As unidades de fornecimento a serem fornecidas são as especificadas no detalhamento.

1.2. Relação de veículos a serem segurados:

QTD	MARCA	MODELO	COMBUSTIVEL	CHASSI	ANO
1	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102547	2023
2	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102545	2023
3	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102553	2023
4	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102546	2023
5	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102548	2023
6	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102544	2023
7	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXRM102569	2023
8	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXRM102566	2023
9	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXRM102575	2023
10	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXRM102571	2023
11	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXRM102565	2023
12	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXRM102568	2023
13	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXRM102563	2023
14	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXRM102574	2023

15	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXRM102564	2023
16	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXRM102572	2023
17	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXRM102599	2023
18	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102576	2023
19	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102578	2023
20	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102458	2023
21	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102518	2023
22	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102527	2023
23	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102525	2023
24	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102524	2023
25	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102512	2023
26	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXRM102573	2023

- 1.3. Deverá ser emitida uma apólice para cada veículo constantes deste termo de referência, devendo constar nas apólices as seguintes informações:
- 1.3.1. Identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações.
  - 1.3.2. Prêmios discriminados por cobertura;
  - 1.3.3. Bônus, quando houver; e
  - 1.3.4. Franquia Obrigatória - padrão informada pela Seguradora como participação obrigatória do Segurado.
- 1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de luxo, em atenção à vedação constante no art. 20 da Lei nº 14.133/2021 e art. 73 e inc. 1 do art. 74 do Decreto Distrital nº 44.330/2023.
- 1.5. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois a demanda possui baixa elasticidade renda (art. 74 do Decreto Distrital nº 44.330/2023).

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:
- Plano Distrital de Saúde 2020 - 2023.
- OE 1.2.6. - Fortalecer a Rede de Urgência e Emergência nos diferentes níveis de atenção com fortalecimento das linhas de cuidados prioritárias e as ações voltadas para promoção, prevenção e vigilância relacionadas a acidentes e violências.
- Alinhamento com o Plano de Ação Integrado - PAS: Ação 67. Renovar a frota do SAMU-DF.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência. Nesse sentido, a solução compreende prestação de seguro para 26 (vinte e seis) veículos automotores do SAMU 192 DF, nas hipóteses elencadas no Estudo Técnico Preliminar com enfoque nos itens "Descrição dos Requisitos da Contratação" e "Descrição da solução como um todo".
- 3.2. O Objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, conforme referido no item acima. Assim, para a presente demanda, a melhor solução que se vislumbra é a realização de procedimento licitatório para fins de seleção da proposta mais vantajosa, em cenário competitivo e isonômico entre os possíveis fornecedores, resultando na contratação posterior do prestador de serviço que se adequar às exigências do presente Termo de Referência e outras constantes no Edital e no Contrato.
- 3.3. Uma vez que se conclui como melhor opção para a seleção do prestador de serviço a realização de processo licitatório, a modalidade de licitação que melhor se adequa ao cenário posto é a realização de Pregão, na forma eletrônica, conforme orientação da legislação que ampara a matéria (enfoque na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Distrital nº 44.330/2023).
- 3.4. Diante da natureza do objeto optou-se por licitar em grupo único, conforme exposição em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. A presente compra/contratação se formalizará a partir de termo contratual.
- 4.2. **Vigência Contratual:** A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato e deverá coincidir com a data da emissão da apólice com abrangência de cobertura por 12 (doze) meses, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.2.1. O fornecimento de bens/insumos de que trata a presente contratação é enquadrado como continuado tendo em vista que é uma necessidade permanente diante da peculiaridade do Serviço de atendimento Móvel em Urgência - SAMU, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar e o sistema de bônus que o objeto oferece diante da renovação.

4.3. **Executor do Contrato:** Os gestores e fiscais do contrato serão designados pela autoridade máxima da SES/DF, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, na forma do [art. 7º da Lei nº 14.133/2021](#) e art. 10 do Decreto Distrital nº 44.330/2023, de forma que serão anexadas ao processo SEI vinculado a esta contratação as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções.

4.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação às obrigações da contratada e contratante.

## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 5.1. Subcontratação

5.1.1. É vedada a participação de consórcio para prestação de seguro de veículos automotores, uma vez que o Parágrafo único, do Art. 24, do Decreto - Lei nº 73 de 21/11/1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados e regula as operações de seguros e resseguros, estabelece:

"Art 24. Poderão operar em seguros privados apenas Sociedades Anônimas ou Cooperativas, devidamente autorizadas.

Parágrafo único. **As Sociedades Cooperativas operarão unicamente em seguros agrícolas, de saúde e de acidentes do trabalho**".

5.1.2. A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto principal deste Termo de Referência. Permitido somente a subcontratação dos itens acessórios ao contrato, tais como: socorro mecânico emergencial no local da ocorrência, reboque do veículo limitado a no mínimo 200 km e assistência 24h, por exemplo.

### 5.2. Garantia da contratação

5.2.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

5.2.2. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 05 dias úteis após a assinatura do contrato.

5.2.3. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato, de forma que o marco para início da contagem do prazo é a data da homologação da contratação direta, por entendimento análogo ao explícito no §3º do art. 145, da Lei nº 14.133/2021.

5.2.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

### 5.3. Da vistoria.

5.3.1. A avaliação prévia do local de execução dos veículos a serem segurados é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor abaixo identificado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 09:00 horas às 16:00 horas. De forma que a vistoria dos veículos ocorrerá nos seguinte(s) endereço(s):

5.3.1.1. SIA Trecho 3 Lote 2090 - SIA Sul, Brasília - DF, 71200-030.

5.3.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia, de modo que as vistorias sejam realizadas individualmente com cada interessado.

5.3.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.3.3.1. A vistoria deverá ser marcada/agendada com antecedência mínima de 72 (horas) e poderão ser realizadas apenas até 48 (quarenta e oito) horas antes da abertura do Pregão Eletrônico.

5.3.3.2. A vistoria deve ser agendada pelo telefone (61) 2017-1145 - RAMAL: 6712 e (61) 9.8439-2007 com o Gerente de Mobilidade em Urgência da GEMOB/SAMU/CRDF/SES.

5.3.3.3. As Proponentes deverão procurar o(a) Gerente de Mobilidade em Urgência da GEMOB/SAMU/CRDF/SES, ou o(a) seu(a) substituto(a), de acordo com o(s) local(is) indicado(s), para que os acompanhe quando da vistoria prévia, nos dias e horários acima indicados e conforme agendamento prévio;

5.3.3.4. O representante deverá assinar lista de presença, registrando-se civilmente. A hora de chegada para a vistoria e seu respectivo término será registrada pela SES-DF;

5.3.3.5. O representante deverá apresentar cópia de documento que comprove seu vínculo jurídico com a Proponente;

5.3.3.6. Ao final da vistoria, a SES-DF emitirá Declaração de Vistoria - **APÊNDICE II**, circunstanciando o atendimento desta exigência. Tal documento deve ser apresentado na habilitação da interessada, no momento em que for exigido. O custo da vistoria é por conta da Proponente.

5.3.3.7. A declaração deverá ser em papel timbrado da SES-DF, com a assinatura legível e matrícula do chefe da unidade ou substituto;

5.3.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das condições, dúvidas ou esquecimento de questões relativas à prestação do serviço, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5.3.4.1. Nesse sentido, caso a Proponente não visite os locais, deverá apresentar declaração que não realizou as vistorias, conforme Declaração de Desistência de Visita Técnica - **APÊNDICE III**, assumindo completa responsabilidade pelos imprevistos e problemas decorrentes do desconhecimento das características e condições da prestação do serviço, não sendo aceito a alegação de incidência para se eximir das obrigações assumidas, cobrar valores à parte ou solicitar a alteração nos valores do serviço.

## 6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 6.1. Início da execução

6.1.1. A entrega da apólice deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da assinatura do contrato.

6.1.2. Ressalta-se que a cobertura de seguro, nos termos contratados, inicia-se após assinatura do contrato;

6.1.3. O fato de a seguradora deixar de entregar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos neste termo, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos bem como a aplicação das penas previstas em lei.

### 6.2. Descrição dos métodos e rotinas da execução

6.2.1. Da Avaria

6.2.1.1. Caso haja alguma avaria preexistente e qualificada na vistoria de contratação do seguro, isto não será impeditivo para a contratação, sendo, porém, estas avarias excluídas da cobertura do seguro em caso de sinistro de Perda Parcial.

6.2.1.2. Após procedimento de recuperação pelo SAMU 192, durante a vigência do seguro, este deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da “Cláusula de Avaria”.

6.2.1.3. Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de Indenização Integral.

6.2.1.4. Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria prévia, será desconsiderada qualquer cláusula de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com objeto deste seguro.

#### 6.2.2. Do Aviso de Sinistro

6.2.2.1. A CONTRATADA deverá colocar à disposição da CONTRATANTE, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 7 (sete) dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro;

6.2.2.2. Após registro de sinistro, a CONTRATADA terá, no máximo, 5 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado;

6.2.2.3. Havendo a necessidade de reboque, a CONTRATADA deverá atender em um prazo máximo de 2 (duas) horas após o aviso de sinistro.

#### 6.2.3. Do Endosso

6.2.3.1. Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos na apólice, poderão ser solicitadas pelo SAMU 192 e processadas pela seguradora, mediante endosso;

6.2.3.2. Poderá ser solicitada, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, local de permanência e unidade da federação para utilização do veículo, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto desta contratação, durante o período da vigência da apólice;

6.2.3.3. A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias, a contar de pedido expresso efetuado pelo SAMU 192.

#### 6.2.4. Da Franquia

6.2.4.1. A franquia considerada será da modalidade obrigatória - o padrão informado pela Seguradora como participação obrigatória do Segurado;

6.2.4.2. **Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices, não devendo exceder o limite máximo estimado pela administração.**

6.2.4.3. Em caso de sinistro, o valor referente à franquia deverá ser pago pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal à seguradora emitente da apólice, após emissão da nota de empenho com valor exato a ser pago, que se responsabilizará pelo repasse a concessionária/oficina que promover o conserto do veículo, não ensejando responsabilidade solidária a contratante caso a seguradora não faça o repasse a concessionária/oficina.

6.2.4.4. **Para emissão da nota de empenho de pagamento do valor referente a franquia a ser pago à seguradora emitente da apólice, a seguradora deverá encaminhar documento de cobrança para pagamento de franquia, conforme modelo constante no apêndice VI, devidamente preenchido e assinado em papel timbrado da seguradora.**

6.2.4.5. A modalidade de franquia obrigatória se amolda melhor ao caso, tendo em vista o tamanho da frota e o baixo índice de sinistro com os veículos do SAMU-DF.

6.2.4.6. Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e /ou explosão.

6.2.4.7. **Para fins de adequação da programação orçamentária, serão consideradas 26 franquias, uma franquia por veículo segurado, que somente serão executadas em caso de acionamento.**

#### 6.2.5. Dos Salvados

6.2.5.1. Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.

6.2.5.2. É de inteira responsabilidade da seguradora CONTRATADA, providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome da CONTRATADA junto aos órgãos pertinentes.

#### 6.2.6. Dos Sinistros

6.2.6.1. Dos Riscos Cobertos: “SEGURO TOTAL”. O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pela CONTRATANTE, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional, conforme segue:

I - Roubo ou furto, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros.

II - Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento.

III - Raios e suas consequências. Incêndios e explosões, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros.

IV - Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo.

V - Acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado.

VI - Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo. A seguradora deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia. Sua utilização não implica perda de bônus para o segurado.

VII - Granizo.

VIII - Queda de árvores

IX - Vendaval.

X - Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros.

XI - Quebra de para brisas, total ou parcial, faróis e/ou lanternas, retrovisores.

XII - Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos Pessoais).

XIII - Atos de vandalismo.

XIV - Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:

a) Chaveiro;

b) Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pela CONTRATANTE;

c) Transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado; transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo.

6.2.7. Da Vistoria Prévia

- 6.2.7.1. As licitantes interessadas poderão vistoriar os veículos a serem segurados. A vistoria deverá ser marcada previamente e realizada em local indicado pelo SAMU-192;
- 6.2.7.2. A vistoria deve ser agendada pelo telefone (61) 3213-5234 ou (61) 3213-5235 com o Chefe do Núcleo de Manutenção do SAMU.
- 6.2.7.3. O prazo para a marcação da vistoria deverá ser de, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas antes da vistoria ser realizada e só deverá acontecer até 48 (quarenta e oito) horas antes do início do certame. Após esse prazo, dar-se-á, por todos os concorrentes, o aceite das condições em que se encontram os referidos veículos.

6.2.8. Regulação de Sinistro

- 6.2.8.1. Ocorrendo sinistro, a seguradora deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.
- 6.2.8.2. Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da seguradora, o SAMU 192 poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a seguradora arcar com o ônus da execução integralmente.
- 6.2.8.3. Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério do SAMU 192.
- 6.2.8.4. Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional.
- 6.2.8.5. Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará a cargo do SAMU 192, desde que esteja credenciada pela CONTRATADA.
- 6.2.8.6. O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias do aviso de sinistro.

6.2.9. Da Indenização

- 6.2.9.1. Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da seguradora.
- 6.2.9.2. Os danos materialmente comprovados, causados pela seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da seguradora.
- 6.2.9.3. Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pelo SAMU 192 e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.
- 6.2.9.4. Em caso de morte ou invalidez permanente, a Seguradora deverá garantir a indenização:
- I - Do motorista.
  - II - Dos passageiros do veículo segurado.
  - III - Dos terceiros envolvidos, quando comprovada a culpa do condutor do veículo do SAMU 192.

6.2.10. Da Indenização Integral

- 6.2.10.1. Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 70% (setenta por cento) do valor referenciado.
- 6.2.10.2. Em caso de indenização integral a seguradora não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.
- 6.2.10.3. Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do veículo e da sociedade seguradora.

6.2.11. Da Inclusão e Substituição

- 6.2.11.1. Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante o período da vigência da apólice, a CONTRATADA deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou esta contratação.
- 6.2.11.2. Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

6.2.12. Da Exclusão

- 6.2.12.1. Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículo(s), a CONTRATADA deverá devolver à Administração Pública valor proporcional à vigência do contrato;
- 6.2.12.2. O presente seguro somente poderá ser cancelado ou rescindido, total ou parcialmente, excetuados os casos previstos na Lei nº 14.133/21 e suas alterações, observadas as seguintes condições:
- 6.2.12.3. Na hipótese de rescisão da proposta da contratante, a contratada reterá, além dos emolumentos, o prêmio calculado proporcionalmente à vigência do contrato;
- 6.2.12.4. Se por iniciativa da contratada, esta reterá o prêmio recebido, a parte proporcional ao tempo decorrido.

6.2.13. Transporte/hospedagem de Ocupantes

- 6.2.13.1. Despesas com hospedagem e passagens dos ocupantes, caso se encontrem fora do Distrito Federal.
- 6.2.13.2. Remoção em caso de falecimento.
- 6.2.13.3. Remoção dos ocupantes do veículo acidentado.
- 6.2.13.4. Transporte dos ocupantes dos veículos segurados até a sua residência ou sede do segurado.

6.2.14. Observações Gerais

- 6.2.14.1. A empresa contratada deverá fornecer todo o suporte necessário e suficiente para a dinamização, atendimento e concretização dos vários feitos e etapas do seguro.
- 6.2.14.2. A empresa licitante poderá oferecer outras garantias e vantagens adicionais como bônus na renovação e outras, desde que não onerem o prêmio estabelecido na proposta apresentada.
- 6.2.14.3. A seguradora deverá fornecer manual ou documento equivalente, contendo informações relativas ao funcionamento do seguro.
- 6.2.14.4. A seguradora deverá prestar o serviço de assistência durante 24 (vinte e quatro) horas, que tem por finalidade o atendimento dos veículos assegurados e seus ocupantes, em situações de emergência e será válido em todo o território nacional, em caso de pane, acidente, roubo/furto do veículo:
- I - Prestar assistência a CONTRATANTE, quanto RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa).
  - II - Socorro mecânico emergencial no local da ocorrência;

- III - Reboque do veículo limitado a no mínimo 200 km;
- IV - Troca de pneus;
- V - Envio de combustível ou reboque do veículo até unidade de abastecimento conveniada pelo SAMU 192, em caso de pane seca.

6.2.15. Das Especificações de Cobertura

- 6.2.15.1. RCF – Responsabilidade Civil Facultativa: Danos Materiais no mínimo– R\$ 100.000,00 (cem mil reais). – Danos Corporais – no mínimo R\$100.000,00 (cem mil reais). RCF – Danos Morais - no mínimo R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). APP – Acidentes Pessoais por Passageiros: Acidentes Pessoais por Passageiros com DMH (Despesas Médicas Hospitalares), Morte e invalidez – no mínimo R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
- 6.2.15.2. Indenização do Casco 100% FIPE e abrangente.

6.3. **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

- 6.3.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

7. **ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DO SERVIÇO**

- 7.1. A Garantia Técnica dos serviços deverá obedecer integralmente ao Art. 119 da Lei 14.133/2021, durante toda a vigência do contrato.

8. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

- 8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

- 8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

- 8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

- 8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. **Preposto.**

- 8.6.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

8.6.2. **Caberá ao preposto designado:**

- 8.6.2.1. Acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento e execução contratual;
- 8.6.2.2. Negociar, junto ao Gestor do Contrato, termos e condições complementares a este documento para a realização dos serviços;
- 8.6.2.3. Gerenciar e supervisionar a execução dos serviços, franqueando ao Gestor do Contrato, a qualquer tempo, o acesso a seus registros, para efeito de acompanhamento e fiscalização de serviços técnicos efetivamente utilizados;
- 8.6.2.4. Tratar com o Gestor do Contrato questões relevantes à sua execução e providenciar a regularização de faltas, falhas ou defeitos observados;
- 8.6.2.5. Elaborar e encaminhar relatório mensal de atividades para avaliação pelo Gestor do Contrato;
- 8.6.2.6. Encaminhar à SES-DF nota fiscal ou fatura dos serviços aferidos no período, conforme medição efetuada; e
- 8.6.2.7. Providenciar a entrega de todos os produtos/serviços/objetos, documentos, referentes à prestação dos serviços.

8.7. **Fiscalização.**

- 8.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

- 8.9. Os gestores e fiscais do contrato serão designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, devendo a Administração instruir os autos com as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções.

8.10. **Fiscalização Técnica.**

- 8.10.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
- 8.10.2. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- 8.10.3. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- 8.10.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- 8.10.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;
- 8.10.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.



## 8.11. Fiscalização Administrativa

8.11.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

8.11.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

## 8.12. Gestor do Contrato

8.12.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

8.12.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

8.12.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

8.12.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

8.12.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

8.12.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

8.12.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme parâmetros especificados no **APÊNDICE V**, o qual tem por objetivo medir a qualidade dos serviços prestados pela Contratada.

9.1.1. O Fiscal Técnico realizará a medição de resultado a cada chamado/sinistro realizado;

9.1.2. O ajuste de pagamento será feito com base na aferição final, nos seguintes termos:

9.1.2.1. Para chamados/sinistros com pagamento de franquia, o valor da franquia será ajustado ao apurado no IMR.

9.1.2.2. Para chamados/sinistros sem pagamento de franquia, o valor será calculado com base no valor do contrato e será gerado uma Guia de Recolhimento para pagamento por parte da seguradora.

9.1.3. Todos os apontamentos que resultarem em descontos ou outras penalidades feitos neste instrumento (IMR) por chamado/sinistro realizado, devem estar embasados em documentos que deverão ser emitidos na ocasião em que as falhas ou descumprimentos obrigatórios aconteceram, apontados em documentos devidamente preenchidos e assinados pelo Fiscal Técnico e o preposto da empresa;

9.1.3.1. Se necessário, o fiscal deverá usar todos os recursos ao seu alcance para registrar a desconformidade encontrada, para comprovação do ocorrido, como por exemplo: testemunhas, número de protocolo do atendimento e registro do horário da ligação para seguradora, ordem de serviço constando o horário, registro fotográficos entre outros.

9.1.4. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

9.1.4.1. não produziu os resultados acordados,

9.1.4.2. deixou de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

9.1.4.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.1.5. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

9.1.6. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

9.1.7. A Contratante poderá alterar os procedimentos metodológicos de avaliação durante a execução contratual sempre que o novo sistema se mostrar mais eficiente que o anterior e não houver prejuízos para a Contratada.

## 9.2. Recebimento do Objeto

9.2.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

9.2.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

9.2.2.1. o fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico;

9.2.2.2. o fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

9.2.2.3. o fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

9.2.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

9.2.4. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

9.2.5. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.2.6. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.2.7. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

9.2.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.2.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.2.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

9.2.10.1. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

9.2.10.2. realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

9.2.10.3. emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

9.2.10.4. comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

9.2.10.5. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

9.2.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.2.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.2.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### 9.3. Da liquidação.

9.3.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 08 (oito) dias úteis para fins de liquidação, conforme previsão constante na Portaria SES/DF nº 170/2018.

9.3.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.3.2.1. o prazo de validade;

9.3.2.2. a data da emissão;

9.3.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

9.3.2.4. o período respectivo de execução do contrato;

9.3.2.5. o valor a pagar; e

9.3.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.3.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

9.3.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

9.3.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.3.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação. Não havendo regularização o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.3.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.3.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### 9.4. Do prazo de pagamento.

9.4.1. No dever de pagamento pela Administração, será observada a ordem cronológica para pagamentos das compras/contratações da pasta.

9.4.2. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

9.4.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

### 9.5. Da forma de pagamento.

9.5.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

- 9.5.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 9.5.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 9.5.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 9.5.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.6. **Do reajuste**

- 9.6.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 9.6.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 9.6.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 9.6.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 9.6.5. Para o reajuste do valor do seguro do veículo, nos casos de renovação contratual, será levando em conta, além do índice inflacionário, o valor do veículo no momento da renovação, conforme tabela FIPE, e a classe do bônus de cada um.
- 9.6.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

10. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

10.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta.

- 10.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO TOTAL**.
- 10.1.2. As proponentes deverão apresentar propostas em consonância com as especificações técnicas deste documento.
- 10.1.3. A franquia considerada é a obrigatória, devendo ser observado o seguinte:
- 10.1.3.1. A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).
- 10.1.3.2. Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e na apólice, **não devendo exceder o limite máximo estimado pela Administração Pública**, podendo ser ofertada, de acordo com análise por veículos e seus devidos bônus, franquias de valores menores.
- 10.1.3.3. A modalidade de franquia obrigatória se amolda melhor ao caso, tendo em vista o tamanho da frota e o baixo índice de sinistro com os veículos do SAMU-DF.
- 10.1.3.4. Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.
- 10.1.4. É indispensável o parecer técnico para os produtos deste Termo de Referência.
- 10.1.4.1. As propostas serão avaliadas, no requisito técnico, por servidores habilitados da Rede SES-DF, a serem indicados pela **Complexo Regulador em Saúde do Distrito Federal - CRDF**.
- 10.1.5. Em caso de produto importado, a empresa deverá traduzir e autenticar todos os documentos que apresentar à SES/DF, por ocasião de alguma resposta ou comprovação por tradutor público juramentado e consularizado.
- 10.1.6. A proposta deve conter correio eletrônico (e-mail) válido para eventuais comunicações, inclusive notificações financeiras.

11. **REGIME DE EXECUÇÃO**

- 11.1. O regime de execução do contrato será: **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, por se tratar de execução por preço certo de unidades determinadas (inc. XXVIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021)

12. **EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- 12.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme modelo constante no APÊNDICE II.
- 12.1.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo constante no APÊNDICE III.
- 12.2. Certidão de Administradores informando quais os diretores homologados pela SUSEP e Certidão de Regularidade demonstrando a regularidade da empresa perante a SUSEP, em plena validade;
- 12.2.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- 12.3. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 12.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 12.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 12.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

13. **ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

13.1. Os valores estimados para a compra/contratação serão balizados em momento posterior à elaboração deste Termo de Referência, pela área competente para tanto, conforme disposto no Decreto Distrital nº 39.546 (Regimento Interno da SES/DF), seguindo à metodologia estipulada no Decreto distrital nº 44.330/2023 para pesquisa de preço.

#### 14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da SES/DF.

14.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

14.2.1. Fonte de Recursos: 100;

14.2.2. Programa de Trabalho: 10.302.6202.2060.0003 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA PRÉ-HOSPITALAR-SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA-SAMU/192 SES-DISTRITO FEDERAL - 000001;

14.2.3. Elemento de Despesa: 33.90.30.

14.3. A modalidade de empenho para a compra/contratação no que se refere ao prêmio será: **Global**.

14.4. A modalidade de empenho para a compra/contratação no que se refere à franquia será: **Estimativo**.

14.5. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### 15. APÊNDICES

APÊNDICE I - Estudo Técnico Preliminar

APÊNDICE II - Atestado de Vistoria

APÊNDICE III - Declaração de desistência de vistoria

APÊNDICE IV - Modelo de Proposta

APÊNDICE V - Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

APÊNDICE VI - Modelo de documento de cobrança para pagamento de franquia

#### 16. DAS ASSINATURAS

16.1. Os responsáveis pela elaboração e aprovação deste Termo de Referência, não se enquadram na vedação do artigo 14º, inciso I, da Lei 14.133/2021.

16.2. O presente Termo de Referência foi elaborado por representantes das unidades a seguir:

ASSEIC/SUAG/SES - Integrante Administrativo

GETR/DIAOP/SINFRA/SES - Integrante Técnico

GEMOB/SAMU/CRDF/SES - Integrante Requisitante

GEMOB/SAMU/CRDF/SES - Diretor(a) da unidade requisitante

DIAOP/SINFRA/SES - Diretor(a) da unidade técnica

16.3. Autoridade Superior Responsável pela validação técnica do Termo de Referência:

Ato de validação dos trabalhos de produção do Termo de Referência conforme artigo 20, inciso XIX Portaria 210/2017 - SES/DF.

SES/SINFRA - Subsecretário(a) de Infraestrutura em Saúde

CRDF/SES - Diretor(a) Geral do Complexo Regulador

#### APÊNDICE I

Estudo Técnico Preliminar 12/2023

# Estudo Técnico Preliminar 12/2023

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 00060-00215539/2023-42

## 2. Descrição da necessidade

**Objeto:** Contratação de empresa especializada na prestação de seguro para 26 (vinte e seis) veículos automotores do SAMU 192 DF, com indenização 100% (cem por cento) da tabela FIPE para o veículo segurado, franquias não e com as seguintes coberturas: colisão, roubo, furto, incêndio, vidros, retrovisores, assistência 24h (vinte e quatro horas) com reboque limitado a no mínimo 200 km, danos materiais e corporais a terceiros, indenização para passageiros ocupantes do veículo e indenização por morte accidental e invalidez permanente, conforme condições e especificações deste instrumento.

### Justifica da Aquisição:

A contratação do serviço de seguro total da frota do SAMU 192 DF se faz necessário devido a probabilidade de acidentes de trânsito e outros sinistros, considerando a peculiaridade dos serviços prestados por esse tipo de viaturas (ambulâncias), outro fator importante é a exigência constante na Portaria nº 1.010, de 21 de maio de 2012, do Ministério da Saúde - MS, na Subseção IV - da habilitação, Art. 27, Inciso II, alínea a, diz:

"II - para as Unidades Móveis, o gestor de saúde deverá demonstrar o funcionamento efetivo da unidade mediante a apresentação da seguinte documentação:

a) cópia do Seguro contra Sinistro das Unidades de Suporte Básico (USB) e/ou Unidades de Suporte Avançado (USA), das Ambulâncias, das Motolâncias, das Aeronaves e dos Veículos de Intervenção Rápida ou documento do gestor contendo termo de compromisso de existência do Seguro contra Sinistro;"

Vale salientar que os veículos recebem incentivo financeiro de custeio do M.S. (Ministério da Saúde), de acordo com a Portaria nº 1.010 de 21 de maio de 2012, em seus artigos 25, 26, 27, inciso II, alínea "a" e art. 31, inciso II, mediante a comprovação de regularidade dos veículos, o qual, dentre outros, dá-se pela apresentação do contrato de seguro, a fim de minimizar os possíveis prejuízos à SES, em caso de sinistro, ou reduzi-lo apenas a franquias do seguro, conforme segue:

" Subseção III

Do Incentivo Financeiro de Custeio para Unidades Móveis

Art. 25. Fica instituído incentivo financeiro de custeio para manutenção das Unidades Móveis efetivamente implantadas, na seguinte proporção:

Art. 26. As unidades do Componente SAMU 192 serão habilitadas mediante a demonstração de efetivo funcionamento.

Art. 27. A demonstração do efetivo funcionamento se dará pelo encaminhamento de documentação pelo CGUE/DAE/SAS/MS, da seguinte forma:

II - para as Unidades Móveis, o gestor de saúde deverá demonstrar o funcionamento efetivo da unidade mediante a apresentação da seguinte documentação:

a) cópia do **Seguro contra Sinistro** das Unidades de Suporte Básico (USB) e/ou Unidades de Suporte Avançado (USA), das Ambulâncias, das Motolâncias, das Aeronaves e dos Veículos de Intervenção Rápida ou documento do gestor contendo termo de compromisso de existência do **Seguro contra Sinistro**;

Art. 31. Para manutenção do incentivo financeiro de custeio diferenciado para unidades qualificadas, o gestor de saúde deverá demonstrar o funcionamento efetivo da unidade mediante a apresentação da seguinte documentação:

de saúde deverá encaminhar à CGUE/DAE/SAS/MS, a cada 6 (seis) meses, relatório descritivo anuário contendo:



III - comprovação de vigência do seguro contra sinistro para as Unidades Móveis. (Grifo nosso)".

Assim, todos os veículos habilitados pelo Ministério da Saúde - MS devem ser segurados a fim de garantir o repa

A utilidade do serviço reside no fato de que, em caso de sinistro, a perda patrimonial para a Secretaria de Saúde Distrito Federal estaria reduzida ao valor da franquia. Ainda com a finalidade de indenização pelos danos causados aos veículos oficiais, inclusive danos ao vidro, ao motorista, aos passageiros e a terceiros envolvidos em ocorrências de acidentes ou sinistros; e

A contratação do seguro promoverá melhores condições de conservação dos veículos automotores do SAMU DF, em situações que possam ser provenientes de colisão, roubo, furto, incêndio. Garantindo a reposição e restauração dos mesmos, sem que haja prejuízo, ou minimizando, à SES e consequentemente ao SAMU 192 DF

Outra situação que deve-se considerar é a necessidade de renovação da frota do SAMU 192 DF, a qual está rotineiramente em manutenções, sejam elas preventivas ou corretivas, ocasionando demoras nos atendimentos, bem como no tempo de resposta pós acionamento.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Gerência de Mobilidade em Urgência (SES/CRDF/SAMU /GEMOB)	Ricardo Teixeira de Oliveira
Diretoria do SAMU 192 DF (SES/CRDF/SAMU)	Victor Leonardo Arimatea Queiroz

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

#### Da Avaria

Caso haja alguma avaria preexistente e qualificada na vistoria de contratação do seguro, isto não será impedimento para a contratação, sendo, porém, estas avarias excluídas da cobertura do seguro em caso de sinistro de Faturamento Parcial.

Após procedimento de recuperação pelo SAMU 192, durante a vigência do seguro, este deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da "Cláusula de Avaria".

Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de Indenização Integral.

Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria prévia, será desconsiderada qualquer cláusula de avaria postumulando assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com objeto deste seguro.

#### Do Aviso de Sinistro

A CONTRATADA deverá colocar à disposição da CONTRATANTE, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante (sete) dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro;

Após registro de sinistro, a CONTRATADA terá, no máximo, 5 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado;

Havendo a necessidade de reboque, a CONTRATADA deverá atender em um prazo máximo de 2 (duas) horas após o aviso de sinistro.

#### Do Endosso

Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos na apólice, poderão ser solicitadas pelo CONTRATANTE.

peio SAMU 192 e processadas pela seguradora, mediante endosso;

Poderá ser solicitada, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, local de permanência e unidade da federação para utilização do veículo, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto desta contratação, durante o período da vigência da apólice;

A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias, a contar de pedido expresso efetivado pelo SAMU 192.

#### **Da Franquia**

A franquia considerada será da modalidade obrigatória - o padrão informado pela Seguradora como participação obrigatória do Segurado;

**Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices, não devendo exceder o limite máximo estimado pela administração.**

Em caso de sinistro, o valor referente à franquia deverá ser pago pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal à seguradora emitente da apólice, **após emissão da nota de empenho com valor exato a ser pago** e se responsabilizará pelo repasse a concessionária/oficina que promover o conserto do veículo, não ensejando responsabilidade solidária a contratante caso a seguradora não faça o repasse a concessionária/oficina.

A modalidade de franquia obrigatória se amolda melhor ao caso, tendo em vista o tamanho da frota e o baixo índice de sinistro com os veículos do SAMU-DF.

Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de veículo ou explosão.

**Para fins de adequação da programação orçamentária, serão consideradas 26 franquias, uma franquia por veículo segurado, que somente serão executadas em caso de acionamento.**

#### **Dos Salvados**

Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.

É de inteira responsabilidade da seguradora CONTRATADA, providenciar a transferência dos referidos salvados devido encerramento de registro em nome da CONTRATADA junto aos órgãos pertinentes.

#### **Dos Sinistros**

Dos Riscos Cobertos: "SEGURO TOTAL". O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pela CONTRATANTE, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas do seguro, em todo o território nacional, conforme segue:

Roubo ou furto, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros.

Colisão com veículos, pessoas ou animais, abaloamento e capotamento.

Raios e suas consequências.

Incêndios e explosões, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventualmente por terceiros.

Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo.

Acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado.

Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo. A seguradora deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia. Sua utilização não implica perda de bônus para o segurado.

Granizo.

Queda de árvores.

Vendaval.

Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros.

Quebra de para brisas, total ou parcial, faróis e/ou lanternas, retrovisores.

Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos Pessoais).

Atos de vandalismo.

Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:

- a) Chaveiro;
- b) Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, oficina autorizada pela CONTRATANTE;
- c) Transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado; transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo.

#### **Da Vistoria Prévia**

As licitantes interessadas poderão vistoriar os veículos a serem segurados. A vistoria deverá ser marcada previamente e realizada em local indicado pelo SAMU-192;

A vistoria deve ser agendada pelo telefone (61) 3213-5234 ou (61) 3213-5235 com o Chefe do Núcleo de Manutenção do SAMU.

O prazo para a marcação da vistoria deverá ser de, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas antes da vistoria ser realizada. Só deverá acontecer até 48 (quarenta e oito) horas antes do início do certame. Após esse prazo, dar-se-á, por escrito, aos concorrentes, o aceite das condições em que se encontram os referidos veículos.

#### **Regulação de Sinistro**

Ocorrendo sinistro, a seguradora deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.

Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da seguradora, o SAMU poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a seguradora arcar com o ônus da execução integralmente.

Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério do SAMU 192.

Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional.

Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará a cargo do SAMU 192, desde que esteja credenciada pela CONTRATADA.

O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias do aviso de sinistro.

#### **Da Indenização**

Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da seguradora.

Os danos materialmente comprovados, causados pela seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da seguradora.

Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contra roubo e furto para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pelo SAMU 192 e/ou terceiros.

terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.



Em caso de morte ou invalidez permanente, a Seguradora deverá garantir a indenização:

Do motorista.

Dos passageiros do veículo segurado.

Dos terceiros envolvidos, quando comprovada a culpa do condutor do veículo do SAMU 192.

#### **Da Indenização Integral**

Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 70% (setenta por cento) do valor referenciado.

Em caso de indenização integral a seguradora não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.

Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deve ser previamente preenchido com os dados da proprietária do veículo e da sociedade seguradora.

#### **Da Inclusão e Substituição**

Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante o período da vigência da apólice CONTRATADA deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente ao veículo a ser incluído, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou esta contratação.

Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

#### **Da Exclusão**

Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículo(s), a CONTRATADA deverá devolver à Administração Pública valor proporcional à vigência do contrato;

O presente seguro somente poderá ser cancelado ou rescindido, total ou parcialmente, excetuados os casos previstos na Lei nº 14.133/21 e suas alterações, observadas as seguintes condições:

Na hipótese de rescisão da proposta da contratante, a contratada reterá, além dos emolumentos, o prêmio calculado proporcionalmente à vigência do contrato;

Se por iniciativa da contratada, esta reterá o prêmio recebido, a parte proporcional ao tempo decorrido.

#### **Transporte/hospedagem de Ocupantes**

Despesas com hospedagem e passagens dos ocupantes, caso se encontrem fora do Distrito Federal.

Remoção em caso de falecimento.

Remoção dos ocupantes do veículo acidentado.

Transporte dos ocupantes dos veículos segurados até a sua residência ou sede do segurado.

#### **Observações Gerais**

A empresa contratada deverá fornecer todo o suporte necessário e suficiente para a dinamização, atendimento e concretização dos vários feitos e etapas do seguro.

A empresa licitante poderá oferecer outras garantias e vantagens adicionais como bônus na renovação e outras desde que não onerem o prêmio estabelecido na proposta apresentada.

A seguradora deverá fornecer manual ou documento equivalente, contendo informações relativas ao funcionamento do seguro.

A seguradora deverá prestar o serviço de assistência durante 24 (vinte quatro) horas, que tem por finalidade atendimento dos veículos assegurados e seus ocupantes, em situações de emergência e será válido em todo território nacional, em caso de pane, acidente, roubo/furto do veículo:

Prestar assistência a CONTRATANTE, quanto RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa).

Socorro mecânico emergencial no local da ocorrência;

Reboque do veículo limitado a no mínimo 200 km;

Troca de pneus;

Envio de combustível ou reboque do veículo até unidade de abastecimento conveniada pelo SAMU 192 caso de pane seca.

#### **Das Especificações de Cobertura**

RCF – Responsabilidade Civil Facultativa: Danos Materiais no mínimo– R\$ 100.000,00 (cem mil reais). – Danos Corporais – no mínimo R\$100.000,00 (cem mil reais). RCF – Danos Morais - no mínimo R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). APP – Acidentes Pessoais por Passageiros: Acidentes Pessoais por Passageiros com DMH (Despesas Médicas Hospitalares), Morte e invalidez – no mínimo R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

Indenização do Casco 100% FIPE e abrangente.

### **5. Levantamento de Mercado**

Foram realizadas pesquisas de mercado a fim de verificar quais as práticas existentes no mercado, bem como aquelas adotadas atualmente pelos órgãos públicos no que tange ao objeto contratual, de forma a aperfeiçoar a contratação da SES em um método que atenda da melhor maneira a instituição, dentro de padrões orgânicos de razoabilidade e economicidade aceitáveis.

Verificaram-se modelos distintos de prestação dos referidos serviços de seguro nos seguintes moldes:

#### **a) SEGURO DE VEÍCULOS:**

Este é o modelo atualmente adotado pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, por meio do qual realizou-se a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro para os veículos oficiais do órgão. Inicialmente, cabe observar a obrigatoriedade e abrangência do seguro DPVAT, instituído pela Lei Nº 6 de 19 de dezembro de 1974. Esse seguro garante indenizações em caso de morte ou invalidez permanente a todas as vítimas de acidente de trânsito causado por veículo automotor, em todo o território nacional, independentemente de apuração de culpa. Mas o DPVAT não garante prejuízos materiais, tais como reparos em caso de colisão ou restituição do bem em caso de roubo ou furto, ou até mesmo de perda total.

O seguro de automóveis é um contrato mediante o qual uma pessoa denominada Segurador se obriga, mediante recebimento de um prêmio, a indenizar outra pessoa, denominada Segurado, do prejuízo resultante de fatos futuros, previstos no contrato, podendo ser com inclusão ou não, de forma conjugada, da cobertura de responsabilidade civil facultativa de veículos e/ou acidentes pessoais de passageiros, conforme circular SUSE 269/2004.

Tal contratação proporcionará diversos serviços básicos e adicionais, tais como assistência 24 h, Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V) e acidentes pessoais de passageiros ou ocupante, quais podem ser formatados de acordo com as necessidades e disponibilidade da SES.

No âmbito da administração pública, verifica-se que o Contrato n. 09/2020 do Conselho Nacional de Justiça, licita referido o objeto para cobertura de veículos de sua propriedade.

Outro órgão que serve de parâmetro é o Tribunal Superior do Trabalho, que em abril do ano de 2017 realizou sessão pública através da divulgação do edital de Pregão eletrônico nº 22/2017 para contratação de seguradora com fim de resguardar a frota de veículos pertencentes àquele órgão.

Desta forma, verifica-se ser comum a contratação de seguro para resguardar o patrimônio no âmbito de órgãos públicos.

b) SEGURO PARCIAL OU TOTAL:

O modelo de serviço que se pretende contratar permite optar-se por um seguro parcial ou total. Ambos aprese coberturas em relação a roubo, furto e incêndio. Contudo o seguro parcial apesar de representar, inicialmente custo menor pelo serviço oferecido, não indeniza em caso de colisão e falecimento, os quais podem t problemas durante a utilização do seguro, bem como não possui aplicação de bônus de seguro nesta modalic Por outro lado, o seguro total, abrange as coberturas do seguro parcial, e ainda cobre danos a terceiros a um c benefício razoável.

Assim, a contratação de seguro total mostra-se como solução viável de forma a garantir e resguardar o patrin público quanto aos veículos institucionais e ressarcimento de danos a pessoas.

Quanto as opções disponíveis no mercado, os serviços a serem contratados podem ser prestados por divi empresas do mercado, uma vez que os serviços são considerados de natureza comum, haja vista se trat serviços cuja escolha pode ser feita tão somente com base nos preços ofertados, por serem comparáveis entre não necessitarem de avaliação minuciosa.

A opção pela abrangência, incluída a cobertura dos serviços, deverá considerar um conjunto de fator características particulares da SES. Para tomar essa decisão, poderá utilizar-se da assessoria de um correti seguros, e ainda, basear-se nas contratações anteriores do órgão. Considerando o exposto, e ainda considerar natureza do serviço e sua essencialidade, pode-se afirmar que o seguro total é a melhor opção para o órgão, vista sua ampla cobertura, de forma que as apólices a serem contratadas pela SES deverão contemplar no mi coberturas contra sinistros, colisão, furtos, indenização inerente a danos materiais e morais, tanto próprio quan terceiro prejudicado, e ainda, cobertura para reparo de retrovisores, faróis, lanternas e vidros. Tais itens dev constar detalhadamente no Termo de Referência.

6. Descrição da solução como um todo

Contratação de empresa especializada na prestação de seguro para 26 (vinte e seis) veículos automotore SAMU 192 DF, com indenização 100% (cem por cento) da tabela FIPE para o veículo segurado, franquia norr com as seguintes coberturas: colisão, roubo, furto, incêndio, vidros, retrovisores, assistência 24h (vinte e qi horas) com reboque limitado a no mínimo 200 km, danos materiais e corporais a terceiros, indenização pess ocupantes do veículo e indenização por morte acidental e invalidez permanente, dos veículos relacionados abaix

RELAÇÃO DE VEÍCULOS PERTENCENTES A FROTA DO SAMU 192 DF					
QTD	MARCA	MODELO	COMBUSTIVEL	CHASSI	ANO
1	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102547	2023
2	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102545	2023
3	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102553	2023
4	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102546	2023
5	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102548	2023

6	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102544	2023
---	--------	---------	----------	-------------------	------

7	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXRM102569	2023
8	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXRM102566	2023
9	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXRM102575	2023
10	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXRM102571	2023
11	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXRM102565	2023
12	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXRM102568	2023
13	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXRM102563	2023
14	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXRM102574	2023
15	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXRM102564	2023
16	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXRM102572	2023
17	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXRM102599	2023
18	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102576	2023
19	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102578	2023
20	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102458	2023
21	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102518	2023
22	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102527	2023
23	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102525	2023
24	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102524	2023
25	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102512	2023

26

SUZUKI

V-STORM

GASOLINA

9CDC733AXRM102573

2023



## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Tendo em vista a recente aquisição de 26 (vinte e seis) motolâncias padrão SAMU 192 para renovação da frota, quais necessitam de seguros veicular.

Assim se faz necessário a aquisição de seguro total para 26 motolâncias do SAMU 192 DF.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 63.603,19

Tem em vista que o seguro de automóvel é específico para cada veículo, pois ela em consideração fatores como ano/modelo, quilometragem diária, destinação de uso, localização, dentre outros.

Optou-se em realizar a estimativa da demanda utilizando por base cotações para os veículos relacionados no anexo da presente contratação junto a corretoras de seguro devidamente credenciadas junto a SUSEP.

Cotação Gente Seguradora					
QTD	MARCA	MODELO	CHASSI	Prêmio R\$	Franquia R\$
1	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102547	R\$ 1.165,20	R\$ 11.312,00
2	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102545	R\$ 1.165,20	R\$ 11.312,00
3	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102553	R\$ 1.165,20	R\$ 11.312,00
4	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102546	R\$ 1.165,20	R\$ 11.312,00
5	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102548	R\$ 1.165,20	R\$ 11.312,00
6	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102544	R\$ 1.165,20	R\$ 11.312,00
7	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXRM102569	R\$ 1.165,20	R\$ 11.312,00
8	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXRM102566	R\$ 1.165,20	R\$ 11.312,00

--	--	--	--	--	--	--

9	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXRM102575	R\$ 1.165,20	R\$ 11.312,00
10	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXRM102571	R\$ 1.165,20	R\$ 11.312,00
11	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXRM102565	R\$ 1.165,20	R\$ 11.312,00
12	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXRM102568	R\$ 1.165,20	R\$ 11.312,00
13	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXRM102563	R\$ 1.165,20	R\$ 11.312,00
14	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXRM102574	R\$ 1.165,20	R\$ 11.312,00
15	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXRM102564	R\$ 1.165,20	R\$ 11.312,00
16	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXRM102572	R\$ 1.165,20	R\$ 11.312,00
17	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXRM102599	R\$ 1.165,20	R\$ 11.312,00
18	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102576	R\$ 1.165,20	R\$ 11.312,00
19	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102578	R\$ 1.165,20	R\$ 11.312,00
20	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102458	R\$ 1.165,20	R\$ 11.312,00
21	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102518	R\$ 1.165,20	R\$ 11.312,00
22	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102527	R\$ 1.165,20	R\$ 11.312,00
23	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102525	R\$ 1.165,20	R\$ 11.312,00

		STORM				
--	--	-------	--	--	--	--

24	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102524	R\$ 1.165,20	R\$ 11.312,00
25	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102512	R\$ 1.165,20	R\$ 11.312,00
26	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXRM102573	R\$ 1.165,20	R\$ 11.312,00
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 30.295,20</b>	<b>R\$ 294.112,00</b>

Propostas da Gente Seguradora anexa a este estudo técnico preliminar

Cotação Porto Seguro					
QTD	MARCA	MODELO	CHASSI	Prêmio R\$	Franquia R\$
1	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102547	R\$ 1.673,63	R\$ 12.235,20
2	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102545	R\$ 1.673,63	R\$ 12.235,20
3	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102553	R\$ 1.673,63	R\$ 12.235,20
4	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102546	R\$ 1.673,63	R\$ 12.235,20
5	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102548	R\$ 1.673,63	R\$ 12.235,20
6	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102544	R\$ 1.673,63	R\$ 12.235,20
7	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXRM102569	R\$ 1.673,63	R\$ 12.235,20
8	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXRM102566	R\$ 1.673,63	R\$ 12.235,20

9	SUZUKI	V- STORM	9CDC733AXRM102575	R\$	1.673,63	R\$	12.235,20
---	--------	-------------	-------------------	-----	----------	-----	-----------

10	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXRM102571	R\$ 1.673,63	R\$ 12.235,20
11	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXRM102565	R\$ 1.673,63	R\$ 12.235,20
12	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXRM102568	R\$ 1.673,63	R\$ 12.235,20
13	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXRM102563	R\$ 1.673,63	R\$ 12.235,20
14	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXRM102574	R\$ 1.673,63	R\$ 12.235,20
15	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXRM102564	R\$ 1.673,63	R\$ 12.235,20
16	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXRM102572	R\$ 1.673,63	R\$ 12.235,20
17	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXRM102599	R\$ 1.673,63	R\$ 12.235,20
18	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102576	R\$ 1.673,63	R\$ 12.235,20
19	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102578	R\$ 1.673,63	R\$ 12.235,20
20	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102458	R\$ 1.673,63	R\$ 12.235,20
21	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102518	R\$ 1.673,63	R\$ 12.235,20
22	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102527	R\$ 1.673,63	R\$ 12.235,20
23	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102525	R\$ 1.673,63	R\$ 12.235,20
24	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102524	R\$ 1.673,63	R\$ 12.235,20

		STORM			
--	--	-------	--	--	--



25	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102512	R\$ 1.673,63	R\$ 12.235,20
26	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXRM102573	R\$ 1.673,63	R\$ 12.235,20
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 43.514,38</b>	<b>R\$ 318.115,20</b>

Propostas da Porto Seguro anexa a este estudo técnico preliminar

Cotação MAPFRE Seguros					
QTD	MARCA	MODELO	CHASSI	Prêmio R\$	Franquia R\$
1	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102547	R\$ 4.500,00	R\$ 5.800,00
2	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102545	R\$ 4.500,00	R\$ 5.800,00
3	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102553	R\$ 4.500,00	R\$ 5.800,00
4	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102546	R\$ 4.500,00	R\$ 5.800,00
5	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102548	R\$ 4.500,00	R\$ 5.800,00
6	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102544	R\$ 4.500,00	R\$ 5.800,00
7	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXRM102569	R\$ 4.500,00	R\$ 5.800,00
8	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXRM102566	R\$ 4.500,00	R\$ 5.800,00
9	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXRM102575	R\$ 4.500,00	R\$ 5.800,00

10	SUZUKI	V- STORM	9CDC733AXRM102571	R\$	4.500,00	R\$	5.800,00
----	--------	-------------	-------------------	-----	----------	-----	----------

11	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXRM102565	R\$ 4.500,00	R\$ 5.800,00
12	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXRM102568	R\$ 4.500,00	R\$ 5.800,00
13	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXRM102563	R\$ 4.500,00	R\$ 5.800,00
14	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXRM102574	R\$ 4.500,00	R\$ 5.800,00
15	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXRM102564	R\$ 4.500,00	R\$ 5.800,00
16	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXRM102572	R\$ 4.500,00	R\$ 5.800,00
17	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXRM102599	R\$ 4.500,00	R\$ 5.800,00
18	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102576	R\$ 4.500,00	R\$ 5.800,00
19	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102578	R\$ 4.500,00	R\$ 5.800,00
20	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102458	R\$ 4.500,00	R\$ 5.800,00
21	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102518	R\$ 4.500,00	R\$ 5.800,00
22	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102527	R\$ 4.500,00	R\$ 5.800,00
23	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102525	R\$ 4.500,00	R\$ 5.800,00
24	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102524	R\$ 4.500,00	R\$ 5.800,00
25	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102512	R\$ 4.500,00	R\$ 5.800,00

		STORM			

26	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXRM102573	R\$ 4.500,00	R\$ 5.800,00
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 117.000,00</b>	<b>R\$ 150.800,00</b>

Propostas da MAPFRE Seguros anexa a este estudo técnico preliminar

Preço Médio das Cotações					
QTD	MARCA	MODELO	CHASSI	(Média) Prêmio R\$	(Média) Franquia R\$
1	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102547	R\$ 2.446,28	R\$ 9.782,40
2	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102545	R\$ 2.446,28	R\$ 9.782,40
3	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102553	R\$ 2.446,28	R\$ 9.782,40
4	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102546	R\$ 2.446,28	R\$ 9.782,40
5	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102548	R\$ 2.446,28	R\$ 9.782,40
6	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102544	R\$ 2.446,28	R\$ 9.782,40
7	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXRM102569	R\$ 2.446,28	R\$ 9.782,40
8	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXRM102566	R\$ 2.446,28	R\$ 9.782,40
9	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXRM102575	R\$ 2.446,28	R\$ 9.782,40
10	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXRM102571	R\$ 2.446,28	R\$ 9.782,40

11	SUZUKI	V- STORM	9CDC733AXRM102565	R\$	2.446,28	R\$	9.782,40
----	--------	-------------	-------------------	-----	----------	-----	----------

12	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXRM102568	R\$ 2.446,28	R\$ 9.782,40
13	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXRM102563	R\$ 2.446,28	R\$ 9.782,40
14	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXRM102574	R\$ 2.446,28	R\$ 9.782,40
15	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXRM102564	R\$ 2.446,28	R\$ 9.782,40
16	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXRM102572	R\$ 2.446,28	R\$ 9.782,40
17	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXRM102599	R\$ 2.446,28	R\$ 9.782,40
18	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102576	R\$ 2.446,28	R\$ 9.782,40
19	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102578	R\$ 2.446,28	R\$ 9.782,40
20	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102458	R\$ 2.446,28	R\$ 9.782,40
21	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102518	R\$ 2.446,28	R\$ 9.782,40
22	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102527	R\$ 2.446,28	R\$ 9.782,40
23	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102525	R\$ 2.446,28	R\$ 9.782,40
24	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102524	R\$ 2.446,28	R\$ 9.782,40
25	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXPM102512	R\$ 2.446,28	R\$ 9.782,40
26	SUZUKI	V-STORM	9CDC733AXRM102573	R\$ 2.446,28	R\$ 9.782,40

		STORM			
--	--	-------	--	--	--



<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>63.603,19</b>	<b>R\$</b>	<b>254.342,40</b>
--------------	------------	------------------	------------	-------------------

O valor estimado de R\$ 63.603,19 para contratação do objeto deste estudo técnico preliminar foi realizado com o somatório dos valores das propostas apresentadas pelas seguradoras: Gente Seguradora, Porto Seguro e MAPFRE Seguros.

Saliento que a pesquisa preços será realizada com base nos parâmetros definidos no Decreto nº 44.330, de 1º de março de 2023, o qual prevê que o processo licitatório será precedido de ampla pesquisa de mercado para fixar o preço máximo, e o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos parâmetros estabelecidos neste Regulamento, consoante o disposto no § 1º, do art. 23, da Lei Federal nº 14.132, de 2021, e será realizado pela Gerência de Pesquisa de Preços da Diretoria de Instrução para Aquisições - GDI/DIAQ/ SUAG/SUAG/SES na próxima etapa de planejamento de contratação.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Considerando a natureza do objeto da contratação, a adjudicação por grupo tende a propiciar contratações vantajosas, gerando economia de escala, quando comparada à adjudicação por item. A adoção de grupos afeta a integridade do objeto pretendido e sim visa à perfeita execução do mesmo, já que se fosse adotada a divisão por itens, incorreria na possibilidade de mais de uma empresa vencer o certame, tornando a gestão dos contratos, tecnicamente, mais dispendiosas.

Outro fator a ser considerado é que o seguro para frota apresenta benefícios diferentes, que podem ajudar a reduzir o custo do seguro, pois o seguro para frota garantirá que todos os ativos sejam cobertos por uma única apólice, gerando descontos, flexibilidade para adicionar ou remover veículos da apólice e permite que todos os servidores da SES autorizados a conduzir veículos oficiais possam dirigir qualquer veículo assegurado sem prejuízo da cobertura contratada.

Assim, o objeto será licitado em conjunto por meio de grupo único, tendo em vista que com a licitação em conjunto de todos os itens, como frota veicular da SES, se busca padronização e menor preço individual.

Desta forma, licitando a frota como um todo, existe maior interesse por parte das seguradoras.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Tendo em vista que a pretensa contratação se refere à seguro de veículos oficiais da Secretaria do Estado da Saúde do Distrito Federal, não há o que se falar em contratações correlatas e/ou interdependentes no que tange ao presente objeto da contratação.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Plano Distrital de Saúde 2020 - 2023.

*OE 1.2.6. - Fortalecer a Rede de Urgência e Emergência nos diferentes níveis de atenção, fortalecimento das linhas de cuidados prioritários e as ações voltadas para promoção, prevenção e vigilância relacionadas a acidentes e violências.*

*Alinhamento com o Plano de Ação Integrado - PAS: Ação 67. Renovar a frota do SAMU-DF.*

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Assegurar e manter a integridade da frota de Ambulância do SAMU 192 DF;

Atender os requisitos da Portaria nº 1.010, de 21 de maio de 2012 - Ministério da Saúde - MS; e

Proporcionar serviço de qualidade da população do DF, além de manter os repasses ministeriais previstos as unidades.

Recomposição da frota de Ambulância do SAMU 192 DF;

Celeridade nos Atendimentos;

### 13. Providências a serem Adotadas

Não há nenhuma necessidade de adaptação direta ao ambiente físico para início das atividades desta tipo de serviços.

### 14. Possíveis Impactos Ambientais

Não há, pela especificidade da contratação.

#### 14.1. DAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Para o bom atendimento da legislação atinente às melhores práticas de sustentabilidade ambiental no âmbito das contratações públicas, a presente contratação poderá, sem restrição do caráter competitivo do certame, exigir que as apólices sejam encaminhadas em meio eletrônico, a fim de evitar a impressão de papel.

### 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

#### 15.1. Justificativa da Viabilidade

**Declaramos, com base no estudo realizado, que a contratação pleiteada é viável, necessária e adequada a esta instituição.**

### 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.500, de 13 de novembro de 2020](#).

**RICARDO TEIXEIRA DE OLIVEIRA**

Área técnica demandante



Assinou eletronicamente em 14/06/2023 às 13:22:25.

**IGOR MARQUES SOARES DE FARIA**





*Assinou eletronicamente em 14/06/2023 às 13:13:16.*

**VICTOR LEONARDO ARIMATEA QUEIROZ**

Área técnica demandante



*Assinou eletronicamente em 14/06/2023 às 12:55:23.*



## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - PORTARIA Nº 1.010, DE 21 DE MAIO DE 2012.pdf (512.39 KB)
- Anexo II - Circular SUSEP nº 269 de 30 de setembro de 2004.pdf (102.66 KB)
- Anexo III - Proposta Gente Seguradora.pdf (886.58 KB)
- Anexo IV - Proposta Porto Seguro.pdf (586.76 KB)
- Anexo V - Proposta MAPFRE Seguros.pdf (542.56 KB)

**APÊNDICE II**  
**DECLARAÇÃO DE VISTORIA**

REF.: (IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO)

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, compareceu no endereço \_\_\_\_\_ a VISITA TÉCNICA nos local da execução da obra/serviço, conforme dispõe o edital da licitação em referência. Declaramos, ainda, sob as penalidades da lei, de que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informamos que não utilizaremos para qualquer questionamento futuro que ensejam avenças técnicas ou financeiras, isentando a \_\_\_\_\_, de qualquer reclamação e/ou reivindicação de nossa parte.

Brasília, de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Representante legal da Empresa

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**APÊNDICE III**  
**DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA DE VISITA TÉCNICA**

REF.: (IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO)

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, abrir mão da VISITA TÉCNICA ao local da execução da obra/serviço, conforme dispõe o edital da licitação em referência. Declaramos, ainda, sob as penalidades da lei, de que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informamos que não utilizaremos para qualquer questionamento futuro que ensejam avenças técnicas ou financeiras, isentando a \_\_\_\_\_, de qualquer reclamação e/ou reivindicação de nossa parte.

Brasília, de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Representante legal da Empresa

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**APÊNDICE IV**  
**MODELO DE PROPOSTA**  
*(Em papel timbrado da empresa)*

À Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF)  
Setor de Rádio e TV Norte (SRTVN),  
Quadra 701, Lote D, 1º e 2º andares, Ed. PO700  
Bairro Asa Norte, Brasília/DF,  
CEP 70719-040

Referência: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

1 - Dados da proposta:

O valor da proposta é de \_\_\_\_\_ (em algarismo e por extenso), para a prestação dos serviços referente à:



ITEM	CÓDIGO SES	CÓDIGO BR	DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE	Valor unitário (PRÊMIO)	Valor total (PRÊMIO)
1	22764	13943	Contratação de empresa especializada na prestação de seguro para veículos automotores do SAMU 192 DF, com indenização 100% (cem por cento) da tabela FIPE para o veículo segurado, franquia normal e com as seguintes coberturas: colisão, roubo, furto, incêndio, vidros, retrovisores, assistência 24h (vinte e quatro horas) com reboque limitado a no mínimo 200 km, danos materiais e corporais a terceiros, indenização pessoal a ocupantes do veículo e indenização por morte acidental e invalidez permanente <b>(PRÊMIO)</b>	Unidade	26	R\$	R\$

DETALHAMENTO COBERTURAS OBRIGARÓRIAS PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA		
ITEM	DESCRIÇÃO DA COBERTURA	LIMITE MÍNIMOS IDENIZAÇÕES R\$
1	CASCO (COLISÃO, INCÊNDIO, ROUBO, FURTO, FENÔMENOS DA NATUREZA)	100% DA TABELA FIPE
2	RCF - DANOS MATERIAIS	
3	RCF - DANOS CORPORAIS	
4	RCF - DANOS MORAIS	
5	APO - INVALIDEZ POR OCUPANTE (TOTAL OU PARCIAL)	
6	APO - MORTE POR OCUPANTE	

\* Os demais itens não contemplados nesta tabela ficarão à cargo da prestadora dos serviços sem qualquer ônus para o contratante.

VALOR DA FRANQUIA A SER CONTRATADA				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	FRANQUIA da modalidade obrigatória - o padrão informado pela Seguradora como participação obrigatória do Segurado	26		

QTD	MARCA	MODELO	COMBUSTIVEL	CHASSI	ANO
1	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102547	2023
2	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102545	2023
3	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102553	2023
4	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102546	2023
5	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102548	2023
6	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102544	2023
7	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXRM102569	2023
8	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXRM102566	2023
9	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXRM102575	2023
10	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXRM102571	2023
11	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXRM102565	2023
12	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXRM102568	2023
13	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXRM102563	2023
14	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXRM102574	2023
15	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXRM102564	2023
16	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXRM102572	2023
17	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXRM102599	2023
18	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102576	2023
19	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102578	2023
20	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102458	2023
21	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102518	2023
22	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102527	2023
23	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102525	2023
24	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102524	2023
25	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102512	2023
26	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXRM102573	2023

2 - Validade da proposta: 90 (noventa) dias a contar de sua apresentação.

3 - Informamos, por oportuno, que nos preços apresentados acima já estão computados todos os custos necessários decorrentes da aquisição dos insumos, bem como já estão incluídos todas as despesas relativas à entrega, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, deslocamentos de pessoal e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente e deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

Dados da proponente:

Razão Social: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Inscrição Estadual nº: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

Correio eletrônico: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_

Estado: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_

Representante(s) legal(is)

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Dados Bancários

Banco: \_\_\_\_\_

Agência: \_\_\_\_\_

Conta Corrente: \_\_\_\_\_

Dados para Contato

Nome: \_\_\_\_\_

Telefone/Ramal: \_\_\_\_\_

Declaramos, ainda, que inexistirá qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com serviço ou dirigente da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF).

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

#### APÊNDICE V

##### Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR	
Processo SEI nº 00060-00215539/2023-42 - SES/DF - Contratação de empresa especializada na prestação de seguro	
INDICADORES	
1	CHAMADOS/SINISTRO COM PAGAMENTO DE FRANQUIA
2	CHAMADOS/SINISTRO SEM PAGAMENTO DE FRANQUIA

INDICADOR Nº 1: CHAMADOS/SINISTRO <u>COM</u> PAGAMENTO DE FRANQUIA	
Finalidade	Cumprir prazo de atendimento, conforme estabelecido no Termo de Referência
Meta a Cumprir	100% dos chamados/sinistros com pagamento da franquia atendidos dentro do prazo.
Instrumento de Medição	Dias e horas
Forma de Acompanhamento	Fiscal Técnico e o preposto da empresa
Periodicidade	Por chamado/sinistro <u>com</u> pagamento da franquia
Mecanismo de Cálculo	Será aplicada um percentual atribuído para cada ocorrência verificada

Início da Vigência	Conforme contrato.			
Ocorrências Pontuação /	<b>Quantidade de ocorrências</b>	<b>Descrição da Ocorrência</b>	<b>Percentual</b>	<b>Marcar percentual atingido</b>
	1	Não realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado em até 5 (cinco) dias úteis	1%	
	2	Consertar o veículo sinistrado em até 30 dias.	0%	
	3	Consertar o veículo sinistrado dentro de 31 à 40 dias.	2%	
	4	Consertar o veículo sinistrado dentro de 41 à 50 dias.	4%	
	5	Consertar o veículo sinistrado dentro de 51 à 60 dias.	6%	
	6	Consertar o veículo sinistrado acima de 60 dias. Observação: Neste caso o fiscal técnico deverá encaminhar ao gestor do contrato pedido de abertura de processo sancionador de inexecução parcial contra a empresa.	15% GRAVE	
	7	Atrasar no atendimento do chamado/sinistro que demande a necessidade de reboque do veículo, até 02 horas posteriores ao tempo definido pela seguradora no chamado/sinistro.	0%	
	8	Atrasar no atendimento do chamado/sinistro que demande a necessidade de reboque do veículo, de 02:00 horas à 02:59 horas posteriores ao tempo definido pela seguradora no chamado/sinistro.	2%	
	9	Atrasar no atendimento do chamado/sinistro que demande a necessidade de reboque do veículo, de 03:00 horas à 03:59 horas posteriores ao tempo definido pela seguradora no chamado/sinistro.	4%	
	10	Atrasar no atendimento do chamado/sinistro que demande a necessidade de reboque do veículo, a partir de 04:00 horas posteriores ao tempo definido pela seguradora no chamado/sinistro. Observação: Neste caso o fiscal técnico deverá encaminhar ao gestor do contrato pedido de abertura de processo sancionador de inexecução parcial contra a empresa.	10% GRAVE	
	<b>Total de descontos (%)</b>			
Faixas de ajustes no pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos percentuais acumulados, pelo fiscal do contrato, corresponderá ao desconto aplicado ao pagamento da franquia referente ao chamado/sinistro.			
Observações	O percentual acumulado em cada indicador não é cumulativo ao percentual dos demais indicadores.			
	O percentual acumulado é por chamado/sinistro, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências.			
	A percentual será zerado para cada chamado/sinistro.			

INDICADOR Nº 2: CHAMADOS/SINISTRO <u>SEM</u> PAGAMENTO DE FRANQUIA				
Finalidade	Cumprir prazo de atendimento, conforme estabelecido no Termo de Referência			
Meta a Cumprir	100% dos chamados/sinistros <u>sem</u> pagamento da franquia atendidos dentro do prazo.			
Instrumento de Medição	Dias e horas			
Forma de Acompanhamento	Fiscal Técnico e o preposto da empresa			
Periodicidade	Por chamado/sinistro <u>sem</u> pagamento da franquia			
Mecanismo de Cálculo	Será aplicada um percentual atribuído para cada ocorrência verificada			
Início da Vigência	Conforme contrato.			
Ocorrências Pontuação /	<b>Quantidade de ocorrências</b>	<b>Descrição da Ocorrência</b>	<b>Percentual</b>	<b>Marcar percentual atingido</b>

1	Não realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado em até 5 (cinco) dias úteis	1%	
2	Indenizar o veículo sinistrado em até 30 dias.	0%	
3	Indenizar o veículo sinistrado dentro de 31 à 40 dias.	2%	
4	Indenizar o veículo sinistrado dentro de 41 à 50 dias.	4%	
5	Indenizar o veículo sinistrado dentro de 51 à 60 dias.	6%	
6	Indenizar o veículo sinistrado acima de 60 dias. Observação: Neste caso o fiscal técnico deverá encaminhar ao gestor do contrato pedido de abertura de processo sancionador de inexecução parcial contra a empresa.	15% GRAVE	
7	Atrasar no atendimento do chamado/sinistro que demande a necessidade de reboque do veículo, até 02 horas posteriores ao tempo definido pela seguradora no chamado/sinistro.	0%	
8	Atrasar no atendimento do chamado/sinistro que demande a necessidade de reboque do veículo, de 02:00 horas à 02:59 horas posteriores ao tempo definido pela seguradora no chamado/sinistro.	2%	
9	Atrasar no atendimento do chamado/sinistro que demande a necessidade de reboque do veículo, de 03:00 horas à 03:59 horas posteriores ao tempo definido pela seguradora no chamado/sinistro.	4%	
10	Atrasar no atendimento do chamado/sinistro que demande a necessidade de reboque do veículo, a partir de 04:00 horas posteriores ao tempo definido pela seguradora no chamado/sinistro. Observação: Neste caso o fiscal técnico deverá encaminhar ao gestor do contrato pedido de abertura de processo sancionador de inexecução parcial contra a empresa.	10% GRAVE	
<b>Total de descontos (%)</b>			
Faixas de ajustes no pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos percentuais acumulados, pelo fiscal do contrato, corresponderá ao percentual do valor do contrato, para emissão da Guia de Recolhimento para pagamento por parte da seguradora.		
Observações	O percentual acumulado em cada indicador não é cumulativo ao percentual dos demais indicadores.		
	O percentual acumulado é por chamado/sinistro, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências.		
	A percentual será zerado para cada chamado/sinistro.		

<p><b>CONCLUSÃO</b></p> <p>Na função de Fiscal Técnico desse contrato, considerando os aspectos em que é possível à Administração empreender a fiscalização técnica , CONCLUI que a empresa prestou os serviços contratos dentro dos parâmetros nesse relatório apontados, no que toca ao cumprimento de suas obrigações com relação aos aspectos da fiscalização técnica do objeto do contrato e de acordo com o Termo de referência, Edital e seus anexos o que o faço na forma do artigo 117 da Lei 14.133, da IN 05/2017 da SLTI/MPDG, ANEXO V-B e ANEXO VIII-A.</p> <p>Os percentuais de desconto a ser calculado sobre o valor da franquia será de .....</p> <p>Brasília - DF, _____ de _____ de 20__.</p> <p>_____</p> <p>Fiscal Técnico</p>
---

<p><b>RECEBIMENTO POR PARTE DO GESTOR DO CONTRATO</b></p> <p><b>RECIBO</b></p> <p>Atesto para os devidos fins, que recebi cópia deste relatório e a documentação nele citada.</p> <p>Brasília - DF, _____ de _____ de 20__.</p> <p>_____</p>
--

## APÊNDICE VI

## Modelo de documento de cobrança para pagamento de franquia

**DOCUMENTO DE COBRANÇA PARA PAGAMENTO DE FRANQUIA**

A (informe o nome da seguradora) vem junto a **Secretária de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF**, solicitar o pagamento da franquia conforme informações abaixo:

<b>DADOS DO SEGURADO</b>	
NOME:	Secretária de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF
CNPJ Nº	00.394.700/0001-08
ENDEREÇO:	SRTVN Quadra 701 Conjunto D SALA 101 A 104 SALA 201 A 204 - Asa Norte, Brasília - DF, CEP: 70719-040.
PROCESSO SEI Nº	00060-00215539/2023-42
CONTRATO Nº	
PERÍODO DE VALIDADE DO CONTRATO	____/____/____ a ____/____/____

<b>DADOS DO VEÍCULO</b>	
TIPO/MODELO:	
CHASSI:	
PLACA:	

<b>DADOS DO SINISTRO</b>	
SINISTRO Nº	
APÓLICE Nº	
VALOR DA FRANQUIA	R\$ xxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxx).

O valor líquido, referente a franquia do sinistro descrito acima, a ser pago pelo **SEGURADO** é de **R\$ xxxxxxxx** (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), o qual deverá ser realizado em até XX (xxxx) dias, a partir da data de emissão do presente documento.

O pagamento deverá ser efetuado em conta corrente da seguradora emitente da apólice, conforme dados abaixo:

<b>DADOS DA SEGURADORA</b>	
NOME:	
CNPJ Nº	
ENDEREÇO:	
<b>DADOS BANCÁRIOS DA SEGURADORA</b>	
BANCO:	
AGÊNCIA	
CONTA CORRENTE Nº	
CÓDIGO IDENTIFICADOR	

Assinatura/carimbo

**ANEXO II**  
**PLANILHA CONSOLIDADA DE PREÇOS**  
**(AMPLA CONCORRÊNCIA)**

ITEM	CÓDIGO SES	CÓDIGO BR	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL POR ITEM
1	22764	13943	<b>PRÊMIO</b> Contratação de empresa especializada na prestação de seguro para veículos automotores do SAMU 192 DF, com indenização 100% (cem por cento) da tabela FIPE para o veículo segurado, franquia normal e com as seguintes coberturas: colisão, roubo, furto, incêndio, vidros, retrovisores, assistência 24h (vinte e quatro horas) com reboque limitado a no mínimo 200 km, danos materiais e corporais a terceiros, indenização pessoal a ocupantes do veículo e indenização por morte acidental e invalidez permanente.	Unidade	26	R\$ 1.165,2000	R\$ 30.295,2000
Valor total do Prêmio				R\$ 30.295,2000			

**\*INFORMAÇÕES ADICIONAIS PARA FORMULAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS\***

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	LIMITE MÁXIMO (UNITÁRIO)	VALOR TOTAL
1.1	<b>FRANQUIA</b> da modalidade obrigatória - O padrão informado pela Seguradora como participação obrigatória do Segurado	26	R\$ 5.800,00	R\$ 150.800,0000

**ANEXO III**  
**MINUTA DE TERMO DE CONTRATO (122882807)**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../...., QUE FAZEM ENTRE SI O DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, E A EMPRESA .....**

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS PARTES**

1.1. O DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, com sede no SRTVN Quadra 701 Conjunto C, S/N, 1ª e 2ª andares, Ed. PO700 - Bairro Asa Norte - CEP 70723-040, na cidade de Brasília -DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.700/0001-08, denominada CONTRATANTE, neste ato representada por **LUCILENE MARIA FLORÊNCIO DE QUEIROZ, CPF nº 561.015.204-63** na qualidade de Secretária de Estado, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, conforme Decreto de 06 de junho de 2022, publicado na Edição nº 47-A do DODF, de 06 de junho de 2022, e a empresa ....., doravante denominada CONTRATADA, CNPJ nº ....., com sede ....., CEP: ....., e-mail: ....., Telefone....., representada por ....., portador (a) do RG ....., inscrito (a) no CPF nº ....., na qualidade de representante legal, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Inexigibilidade de Licitação nº..... / ....., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PROCEDIMENTO**

2.1. O presente Contrato obedece aos termos do Termo de Referência (), Justificativa de Inexigibilidade de Licitação (.....), Proposta da empresa (.....), e da Lei n.º 14.133, de 2021.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO**

3.1. O Contrato tem por objeto prestação de seguro para 26 (vinte e seis) veículos automotores do SAMU 192 DF, com indenização 100% (cem por cento) da tabela FIPE para o veículo segurado, franquia normal e com as seguintes coberturas: colisão, roubo, furto, incêndio, vidros, retrovisores, assistência 24h (vinte e quatro horas) com reboque limitado a no mínimo 200 km, danos materiais e corporais a terceiros, indenização pessoal a ocupantes do veículo e indenização por morte acidental e invalidez permanente, nos termos do Termo de Referência (), consoante especifica a Justificativa de Inexigibilidade de Licitação (.....), Proposta da empresa (.....), e da Lei n.º 14.133/2021 e alterações posteriores, **que passam a integrar o presente Termo.**

**3.2. DETALHAMENTO DO OBJETO**

ITEM	CÓDIGO SES	CÓDIGO BR	DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE
1	22764	13943	Contratação de empresa especializada na prestação de seguro para veículos automotores do SAMU 192 DF, com indenização 100% (cem por cento) da tabela FIPE para o veículo segurado, franquia normal e com as seguintes coberturas: colisão, roubo, furto, incêndio, vidros,	Unidade	26 (PRÊMIO)

		retrovisores, assistência 24h (vinte e quatro horas) com reboque limitado a no mínimo 200 km, danos materiais e corporais a terceiros, indenização pessoal a ocupantes do veículo e indenização por morte acidental e invalidez permanente (PRÊMIO)		
--	--	---	--	--

Havendo divergência entre a especificação constante no Termo de Referência e a especificação contida no Sistema Comprasnet (código BR), prevalecerá a especificação do Termo de Referência. As unidades de fornecimento a serem fornecidas são as especificadas no detalhamento.

3.3 Relação de veículos a serem segurados:

QTD	MARCA	MODELO	COMBUSTIVEL	CHASSI	ANO
1	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102547	2023
2	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102545	2023
3	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102553	2023
4	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102546	2023
5	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102548	2023
6	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102544	2023
7	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXRM102569	2023
8	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXRM102566	2023
9	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXRM102575	2023
10	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXRM102571	2023
11	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXRM102565	2023
12	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXRM102568	2023
13	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXRM102563	2023
14	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXRM102574	2023
15	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXRM102564	2023
16	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXRM102572	2023
17	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXRM102599	2023
18	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102576	2023
19	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102578	2023
20	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102458	2023
21	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102518	2023
22	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102527	2023
23	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102525	2023
24	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102524	2023
25	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXPM102512	2023
26	SUZUKI	V-STORM	GASOLINA	9CDC733AXRM102573	2023

3.4. Deverá ser emitida uma apólice para cada veículo constantes deste termo de referência, devendo constar nas apólices as seguintes informações:

- 3.4.1. Identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações.
- 3.4.2. Prêmios discriminados por cobertura;
- 3.4.3. Bônus, quando houver; e
- 3.4.4. Franquia Obrigatória - padrão informada pela Seguradora como participação obrigatória do Segurado.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. O Regime de Execução do Contrato é **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, por se tratar de execução por preço certo de unidades determinadas (inc. XXVIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021).

4.2. SUBCONTRATAÇÃO

4.2.1. É vedada a participação de consórcio para prestação de seguro de veículos automotores, uma vez que o Parágrafo único, do Art. 24, do Decreto - Lei nº 73 de 21/11/1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados e regula as operações de seguros e resseguros, estabelece:

"Art 24. Poderão operar em seguros privados apenas Sociedades Anônimas ou Cooperativas, devidamente autorizadas.  
Parágrafo único. **As Sociedades Cooperativas operarão unicamente em seguros agrícolas, de saúde e de acidentes do trabalho**".

4.2.2. A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto principal deste Termo de Referência. Permitido somente a subcontratação dos itens acessórios ao contrato, tais como: socorro mecânico emergencial no local da ocorrência, reboque do veículo limitado a no mínimo 200 km e assistência 24h, por exemplo.

4.3. INÍCIO DA EXECUÇÃO

- 4.3.1. A entrega da apólice deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da assinatura do contrato.
- 4.3.2. Ressalta-se que a cobertura de seguro, nos termos contratados, inicia-se após assinatura do contrato;
- 4.3.3. O fato de a seguradora deixar de entregar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos neste termo, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos bem como a aplicação das penas previstas em lei.

#### 4.4. DESCRIÇÃO DOS MÉTODOS E ROTINAS DA EXECUÇÃO

##### 4.4.1. Da Avaria

- 4.4.1.1. Caso haja alguma avaria preexistente e qualificada na vistoria de contratação do seguro, isto não será impeditivo para a contratação, sendo, porém, estas avarias excluídas da cobertura do seguro em caso de sinistro de Perda Parcial.
- 4.4.1.2. Após procedimento de recuperação pelo SAMU 192, durante a vigência do seguro, este deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da "Cláusula de Avaria".
- 4.4.1.3. Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de Indenização Integral.
- 4.4.1.4. Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria prévia, será desconsiderada qualquer cláusula de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com objeto deste seguro.

##### 4.4.2. Do Aviso de Sinistro

- 4.4.2.1. A CONTRATADA deverá colocar à disposição da CONTRATANTE, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 7 (sete) dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro;
- 4.4.2.2. Após registro de sinistro, a CONTRATADA terá, no máximo, 5 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado;
- 4.4.2.3. Havendo a necessidade de reboque, a CONTRATADA deverá atender em um prazo máximo de 2 (duas) horas após o aviso de sinistro.

##### 4.4.3. Do Endosso

- 4.4.3.1. Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos na apólice, poderão ser solicitadas pelo SAMU 192 e processadas pela seguradora, mediante endosso;
- 4.4.3.2. Poderá ser solicitada, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, local de permanência e unidade da federação para utilização do veículo, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto desta contratação, durante o período da vigência da apólice;
- 4.4.3.3. A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias, a contar de pedido expresso efetuado pelo SAMU 192.

##### 4.4.4. Da Franquia

- 4.4.4.1. A franquia considerada será da modalidade obrigatória - o padrão informado pela Seguradora como participação obrigatória do Segurado;  
Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices, não devendo exceder o limite máximo estimado pela administração.
- 4.4.4.2. Em caso de sinistro, o valor referente à franquia deverá ser pago pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal à seguradora emitente da apólice, após emissão da nota de empenho com valor exato a ser pago, que se responsabilizará pelo repasse a concessionária/oficina que promover o conserto do veículo, não ensejando responsabilidade solidária a contratante caso a seguradora não faça o repasse a concessionária/oficina.
- 4.4.4.3. Para emissão da nota de empenho de pagamento do valor referente a franquia a ser pago à seguradora emitente da apólice, a seguradora deverá encaminhar documento de cobrança para pagamento de franquia, conforme modelo constante no apêndice VI, devidamente preenchido e assinado em papel timbrado da seguradora.
- 4.4.4.4. A modalidade de franquia obrigatória se amolda melhor ao caso, tendo em vista o tamanho da frota e o baixo índice de sinistro com os veículos do SAMU-DF.
- 4.4.4.5. Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e /ou explosão.
- 4.4.4.7. Para fins de adequação da programação orçamentária, serão consideradas 26 franquias, uma franquia por veículo segurado, que somente serão executadas em caso de acionamento.

##### 4.4.5. Dos Salvados

- 4.4.5.1. Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.
- 4.4.5.2. É de inteira responsabilidade da seguradora CONTRATADA, providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome da CONTRATADA junto aos órgãos pertinentes.

##### 4.4.6. Dos Sinistros

- 4.4.6.1. Dos Riscos Cobertos: "SEGURO TOTAL". O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pela CONTRATANTE, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional, conforme segue:
  - I - Roubo ou furto, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros.
  - II - Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento.
  - III - Raios e suas consequências. Incêndios e explosões, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros.
  - IV - Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo.
  - V - Acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado.
  - VI - Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo. A seguradora deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia. Sua utilização não implica perda de bônus para o segurado.
  - VII - Granizo.
  - VIII - Queda de árvores
  - IX - Vendaval.
  - X - Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros.
  - XI - Quebra de para brisas, total ou parcial, faróis e/ou lanternas, retrovisores.
  - XII - Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos Pessoais).
  - XIII - Atos de vandalismo.
  - XIV - Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:
    - a) a) Chaveiro;



- b) b) Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pela CONTRATANTE;
- c) c) Transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado; transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo.

#### **4.4.7. Da Vistoria Prévia**

4.4.7.1. As licitantes interessadas poderão vistoriar os veículos a serem segurados. A vistoria deverá ser marcada previamente e realizada em local indicado pelo SAMU-192;

4.4.7.2. A vistoria deve ser agendada pelo telefone (61) 3213-5234 ou (61) 3213-5235 com o Chefe do Núcleo de Manutenção do SAMU.

4.4.7.3. O prazo para a marcação da vistoria deverá ser de, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas antes da vistoria ser realizada e só deverá acontecer até 48 (quarenta e oito) horas antes do início do certame. Após esse prazo, dar-se-á, por todos os concorrentes, o aceite das condições em que se encontram os referidos veículos.

#### **4.4.8. Da Regulação de Sinistro**

4.4.8.1. Ocorrendo sinistro, a seguradora deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.

4.4.8.2. Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da seguradora, o SAMU 192 poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a seguradora arcar com o ônus da execução integralmente.

4.4.8.3. Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério do SAMU 192.

4.4.8.4. Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional.

4.4.8.5. Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará a cargo do SAMU 192, desde que esteja credenciada pela CONTRATADA.

4.4.8.6. O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias do aviso de sinistro.

#### **4.4.9. Da Indenização**

4.4.9.1. Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da seguradora.

4.4.9.2. Os danos materialmente comprovados, causados pela seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da seguradora.

4.4.9.3. Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pelo SAMU 192 e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

4.4.9.4. Em caso de morte ou invalidez permanente, a Seguradora deverá garantir a indenização

I- Do motorista.

II- Dos passageiros do veículo segurado

III- Dos terceiros envolvidos, quando comprovada a culpa do condutor do veículo do SAMU 192.

#### **4.4.10. Da Indenização Integral**

4.4.10.1. Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 70% (setenta por cento) do valor referenciado.

4.4.10.2. Em caso de indenização integral a seguradora não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.

4.4.10.3. Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do veículo e da sociedade seguradora.

#### **4.4.11. Da Inclusão e Substituição**

4.4.11.1. Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante o período da vigência da apólice, a CONTRATADA deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou esta contratação.

4.4.11.2. Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

#### **4.4.12. Da Exclusão**

4.4.12.1. Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículo(s), a CONTRATADA deverá devolver à Administração Pública valor proporcional à vigência do contrato;

4.4.12.2. O presente seguro somente poderá ser cancelado ou rescindido, total ou parcialmente, excetuados os casos previstos na Lei nº 14.133/21 e suas alterações, observadas as seguintes condições:

4.4.12.3. Na hipótese de rescisão da proposta da contratante, a contratada reterá, além dos emolumentos, o prêmio calculado proporcionalmente à vigência do contrato;

4.4.12.4. Se por iniciativa da contratada, esta reterá o prêmio recebido, a parte proporcional ao tempo decorrido.

#### **4.4.13. Do Transporte/hospedagem de Ocupantes**

4.4.13.1. Despesas com hospedagem e passagens dos ocupantes, caso se encontrem fora do Distrito Federal.

4.4.13.2. Remoção em caso de falecimento.

4.4.13.3. Remoção dos ocupantes do veículo acidentado.

4.4.13.4. Transporte dos ocupantes dos veículos segurados até a sua residência ou sede do segurado.

#### **4.4.14. Observações Gerais**

4.4.14.1. A empresa contratada deverá fornecer todo o suporte necessário e suficiente para a dinamização, atendimento e concretização dos vários feitos e etapas do seguro.

4.4.14.2. A empresa licitante poderá oferecer outras garantias e vantagens adicionais como bônus na renovação e outras, desde que não onerem o prêmio estabelecido na proposta apresentada.

4.4.14.3. A seguradora deverá fornecer manual ou documento equivalente, contendo informações relativas ao funcionamento do seguro.

4.4.14.4. A seguradora deverá prestar o serviço de assistência durante 24 (vinte e quatro) horas, que tem por finalidade o atendimento dos veículos assegurados e seus ocupantes, em situações de emergência e será válido em todo o território nacional, em caso de pane, acidente, roubo/furto do

veículo:

I- Prestar assistência a CONTRATANTE, quanto RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa).

II- Socorro mecânico emergencial no local da ocorrência;

III- Reboque do veículo limitado a no mínimo 200 km;

IV- Troca de pneus;

V- Envio de combustível ou reboque do veículo até unidade de abastecimento conveniada pelo SAMU 192, em caso de pane seca.

#### 4.4.15. Das Especificações de Cobertura

4.4.15.1. RCF – Responsabilidade Civil Facultativa: Danos Materiais no mínimo– R\$ 100.000,00 (cem mil reais). – Danos Corporais – no mínimo R\$100.000,00 (cem mil reais). RCF – Danos Morais - no mínimo R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). APP – Acidentes Pessoais por Passageiros: Acidentes Pessoais por Passageiros com DMH (Despesas Médicas Hospitalares), Morte e invalidez – no mínimo R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

4.4.15.2. Indenização do Casco 100% FIPE e abrangente.

#### 4.5. DA GARANTIA DO SERVIÇO

4.5.1. A Garantia Técnica dos serviços deverá obedecer integralmente ao Art. 119 da Lei 14.133/2021, durante toda a vigência do contrato.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

5.1. O valor total do Contrato é de **R\$** , em procedência ao Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, nos termos da correspondente Lei Orçamentária Anual.

INSERIR TABELA COM VALORES

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### 6. CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Secretaria deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I	Unidade Orçamentária:	XXXXX
II	Programa de Trabalho:	XXXXX
III	Elemento de Despesa:	XXXXX
IV	Fonte de Recursos:	XXXXX
V	Valor Inicial:	XXXXX
VI	Nota de Empenho:	XXXXX
VII	Data de Emissão:	XXXXX
VIII	Evento:	XXXXX
IX	Modalidade:	XXXXX

6.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### 7. CLÁUSULA SÉTIMA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme parâmetros especificados no **APÊNDICE V**, o qual tem por objetivo medir a qualidade dos serviços prestados pela Contratada.

7.1.1. O Fiscal Técnico realizará a medição de resultado a cada chamado/sinistro realizado;

7.1.2. O ajuste de pagamento será feito com base na aferição final, nos seguintes termos:

7.1.2.1. Para chamados/sinistros com pagamento de franquia, o valor da franquia será ajustado ao apurado no IMR.

7.1.2.2. Para chamados/sinistros sem pagamento de franquia, o valor será calculado com base no valor do contrato e será gerado uma Guia de Recolhimento para pagamento por parte da seguradora.

7.1.3. Todos os apontamentos que resultarem em descontos ou outras penalidades feitos neste instrumento (IMR) por chamado/sinistro realizado, devem estar embasados em documentos que deverão ser emitidos na ocasião em que as falhas ou descumprimentos obrigatórios aconteceram, apontados em documentos devidamente preenchidos e assinados pelo Fiscal Técnico e o preposto da empresa;

7.1.3.1. Se necessário, o fiscal deverá usar todos os recursos ao seu alcance para registrar a desconformidade encontrada, para comprovação do ocorrido, como por exemplo: testemunhas, número de protocolo do atendimento e registro do horário da ligação para seguradora, ordem de serviço constando o horário, registro fotográficos entre outros.

7.1.4. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.4.1. não produziu os resultados acordados,

7.1.4.2. deixou de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.4.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.1.5. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.1.6. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.1.7. A Contratante poderá alterar os procedimentos metodológicos de avaliação durante a execução contratual sempre que o novo sistema se mostrar mais eficiente que o anterior e não houver prejuízos para a Contratada.

## **7.2. Recebimento do Objeto**

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.2.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.2.2. o fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico;

7.2.2.1. o fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.2.2.2. o fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.2.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.2.4. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.2.5. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.2.6. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.2.7. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.2.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.2.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.2.10.1. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

7.2.10.2. realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.2.10.3. emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.2.10.4. comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.2.10.5. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.2.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.2.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.2.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **7.3. Da liquidação.**

7.3.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 08 (oito) dias úteis para fins de liquidação, conforme previsão constante na Portaria SES/DF nº 170/2018.

7.3.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.3.2.1. o prazo de validade;

7.3.2.2. a data da emissão;

7.3.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.3.2.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.3.2.5. o valor a pagar; e

7.3.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.3.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.3.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.3.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências

impeditivas indiretas.

7.3.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação. Não havendo regularização o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.3.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.3.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **7.4. Do prazo de pagamento.**

7.4.1. No dever de pagamento pela Administração, será observada a ordem cronológica para pagamentos das compras/contratações da pasta.

7.4.2. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.4.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

#### **7.5. Da forma de pagamento.**

7.5.1 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.5.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.5.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.5.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.5.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **8. CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

8.1. A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato e deverá coincidir com a data da emissão da apólice com abrangência de cobertura por 12 (doze) meses, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

### **9. CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA**

9.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no valor de R\$....., percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

9.2. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 05 dias úteis dias após a assinatura do contrato.

### **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL**

10.1. O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

10.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

10.3. Receber o serviço fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

10.4. Monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação do serviço à qualidade exigida;

10.5. Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para a fiel execução contratual, que venham a ser solicitados pelo contratado;

10.6. Proporcionar todas as condições necessárias, para que a Contratada possa cumprir o estabelecido no contrato, ainda que sobrevenha a extinção do instrumento convocatório;

10.7. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.8. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.9. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

10.10. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

10.11. Realizar avaliação da qualidade dos serviços adquiridos;

10.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.15. A SES/DF será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto, registrando eventuais ocorrências e adotando providências necessárias para o seu fiel cumprimento.

10.16. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

11.1. A Contratada fica obrigada a apresentar, ao Distrito Federal:

- até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;
- comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.

11.2. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.3. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

11.4. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

11.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.6. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

11.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.9. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

11.10. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

11.12. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.13. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.14. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.15. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

11.16. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.17. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

11.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.19. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

11.20. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

11.21. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

11.22. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.23. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

11.24. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

11.25. A Contratada fica obrigada a cumprir as exigências da Lei Distrital nº 4.770/2012:

I- recepção de bens, embalagens, recipientes ou equipamentos inservíveis e não reaproveitáveis pela administração pública;

II- comprovar que adota práticas de desfazimento sustentável, reciclagem dos bens inservíveis e processos de reutilização.

11.26. O não atendimento das determinações constantes da Lei Distrital nº 5.087/2013 implica a abertura de processo administrativo para rescisão unilateral do contrato pela Administração Pública, sem prejuízo das demais sanções. (Lei Distrital nº 5.087/2013 e Decreto Distrital nº 39.978/2019)

11.27. É proibido qualquer conteúdo: (Lei Distrital nº 5.448/2015);

I- discriminatório contra a mulher;

II- que incentive a violência contra a mulher;

III- que exponha a mulher a constrangimento;

IV- homofóbico;

V- que represente qualquer tipo de discriminação.

VI- Estas disposições aplicam-se às contratações de profissionais do setor artístico.

11.28. Será exigida da contratada a implantação do Programa de Integridade das empresas, conforme determinação da Lei 6.112 de 02 de fevereiro de 2018, alterada pela Lei nº 6.176, de 16/07/2018 e Lei nº 6.308/2019, e regulamentada pelo Decreto nº 40.388 de 14/01/2020. (RETIRAR SE O VALOR ESTIMADO FOR INFERIOR A R\$ 5.000.000,00)

11.29. As empresas responsáveis pelas obras e pelos serviços devem informar ao órgão do governo que responde pela pauta da assistência social a oferta de vagas prevista no caput.

11.30. A Contratada fica obrigada a respeitar os termos estipulados na Lei Distrital 5.757/2016, que criou o Programa de Estratégias para inserção de dependentes químicos no mercado de trabalho.

11.31. Deverá ser reservado o percentual de 2% de vagas de trabalho nas licitações de serviços e obras públicas distritais, a ser destinado a pessoas em situação de rua, excetuando-se as empresas mencionadas na Lei federal nº 7.102, de 20 de junho de 1983.

11.32. Deverão ser observadas as práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual, nos termos estipulados no Decreto nº 44.701, de 05 de julho de 2023.

11.33. A contratada deverá observar a disposição da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do contrato.

11.34. A contratada deverá ter ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

12.3. Caberá o reajuste de preços para a contratação de serviços continuados, observado o disposto nas normas que regulamentam a questão, conforme previsão no Edital.

12.4. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice \_\_\_\_\_ (*indicar o índice a ser adotado*), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.6. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

12.7. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

12.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

12.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.10. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES**

13.1. Nos casos de atrasos injustificados ou inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos com a Administração aplicar-se-ão as sanções administrativas estabelecidas na Lei nº 14.133/2021, com enfoque no disposto do Capítulo I (DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS) do Título IV (DAS IRREGULARIDADES).

13.2. Serão ainda observadas as disposições do Decreto Distrital nº 44.330/2023, quanto à matéria e no que couber.

13.3. Cumpre ainda aclarar que Glosa e Sobrestamento não são formas de sanção, para tanto considera-se:

13.3.1. Glosa como parte correspondente à recusa, parcial ou total, de um pagamento que seja julgado indevido ou que será discutido no bojo do processo de aplicação de penalidade; e

13.3.2. Sobrestamento a suspensão de um pagamento até o cumprimento de alguma providência que esteja a cargo do credor (exibição de documentos, adimplemento de obrigações legais ou contratuais etc.).

13.4. As notificações e demais atos acerca das instruções de sanções serão realizadas, preferencialmente, por meio de publicação em Diário Oficial do Distrito Federal, nos termos do art. 26 da Lei 9.784/99, recepcionada pela Lei 2.834/2001.

13.5. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

13.5.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

13.5.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.5.3. der causa à inexecução total do contrato;

13.5.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.5.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.5.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.5.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

13.5.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

13.5.9. fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.5.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.5.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

13.5.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.6. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

**13.6.1. Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

**13.6.2. Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

**13.6.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

**13.6.4. Multa:**

13.6.4.1. Sanção prevista de **Multa**, calculada na forma do edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 desta Lei](#).

13.7. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

13.8. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

13.9. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

13.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

13.11. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.12. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
2. as peculiaridades do caso concreto;
3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
4. os danos que dela provierem para o Contratante;
5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.13. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

13.14. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

13.15. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

13.16. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL**

14.1. A rescisão do Contrato se dará nos termos dos Artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021;

14.2. No procedimento de rescisão contratual, será assegurado o contraditório e a ampla defesa sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a Contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a Contratante adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

14.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 14.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 14.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.5. Indenizações e multas.

A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14.7. O uso ou o emprego de conteúdo discriminatório constitui motivo para rescisão do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

14.8. O contrato será rescindido com a aplicação de multa se confirmado o uso de mão de obra infantil no processamento, transporte, ou qualquer fase produtiva do bem, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis. (Lei Distrital nº 5.061 de 08.03.2013 – Parecer nº 343/2016 – PRCON/PGDF)

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA**



15.1. Os débitos da CONTRATADA para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA COMISSÃO EXECUTORA**

16.1. **Executor do Contrato:** Os gestores e fiscais do contrato serão designados pela autoridade máxima da SES/DF, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, na forma do [art. 7º da Lei nº 14.133/2021](#) e art. 10 do Decreto Distrital nº 44.330/2023, de forma que serão anexadas ao processo SEI vinculado a esta contratação as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções;

### **16.2. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

16.3. Para fins de compatibilização das previsões de Gestão do Contrato da Lei nº 14.133/2021 e normas correlatas que disciplinam a matéria (com enfoque ao Decreto Distrital nº 44.330/2023) com os ditames da Portaria SES/DF nº 170 (que estabelece o Regulamento da Execução das Contratações da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal), considera-se:

16.4. Fiscal Técnico e/ou Fiscal Administrativo o "inspetor Técnico", no que couber e conforme disposições da Portaria SES/DF nº 170.

16.5. Gestor de Contrato o "Executor ou Comissão Executiva", no que couber e conforme disposições da Portaria SES/DF nº 170.

16.6. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

16.7. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

16.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

16.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

16.10. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **16.10.1. Preposto.**

16.10.2. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

16.10.3. Caberá ao preposto designado:

16.10.3.1. Acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento e execução contratual;

16.10.3.2. Negociar, junto ao Gestor do Contrato, termos e condições complementares a este documento para a realização dos serviços;

16.10.3.3. Gerenciar e supervisionar a execução dos serviços, franqueando ao Gestor do Contrato, a qualquer tempo, o acesso a seus registros, para efeito de acompanhamento e fiscalização de serviços técnicos efetivamente utilizados;

16.10.3.4. Tratar com o Gestor do Contrato questões relevantes à sua execução e providenciar a regularização de faltas, falhas ou defeitos observados;

16.10.3.5. Elaborar e encaminhar relatório mensal de atividades para avaliação pelo Gestor do Contrato;

16.10.3.6. Encaminhar à SES-DF nota fiscal ou fatura dos serviços aferidos no período, conforme medição efetuada; e

16.10.3.7. Providenciar a entrega de todos os produtos/serviços/objetos, documentos, referentes à prestação dos serviços.

16.10.4. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

#### **16.10.5. Fiscalização.**

16.10.5.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

16.10.5.2. Os gestores e fiscais do contrato serão designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, devendo a Administração instruir os autos com as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções.

#### **16.10.6. Fiscalização Técnica.**

16.10.6.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

16.10.6.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

16.10.6.3. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

16.10.6.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

16.10.6.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

16.10.6.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

#### **16.10.7. Fiscalização Administrativa**

16.10.7.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

16.10.7.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

#### **16.10.8. Gestor do Contrato**



16.10.8.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

16.10.8.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

16.10.8.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

16.10.8.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

16.10.8.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

16.10.8.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

16.10.8.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021.

## 19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

19.2. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

## ANEXO V

### DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE

#### **M O D E L O**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_, telefone nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_,

DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, nos termos do Decreto Federal nº 10.024 de 20/09/2019, adotado no âmbito do DF através do Decreto nº 40.205, de 30/10/2019.

Compromete-se, ainda, **quando solicitado pelo(a) pregoeiro(a)**, a efetuar o encaminhamento da presente Declaração/Termo, devidamente assinado, à Central de Compras, no prazo de 03 (três) dias úteis, juntamente com a documentação necessária, no endereço: SRTVN 701, Conjunto C, Edifício PO 700, 2º Andar, Sala Central de Compras, Brasília/DF; CEP 70.723-040 – BRASÍLIA – DF.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Representante Legal

**Observações:** Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

## ANEXO VI30295

### DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019

#### **M O D E L O**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_, telefone nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133 de 2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860 de 2019.

Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Representante Legal

**Observações:** Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
SRTVN Quadra 701 Lote D, 1º e 2º andares, Ed. PO700 - Bairro Asa Norte - CEP 70719-040 - DF  
Telefone(s):  
Site - [www.saude.df.gov.br](http://www.saude.df.gov.br)

---

00060-00215539/2023-42

Doc. SEI/GDF 122893063